

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.422/0001-06

Fone: (46) 3533-8325 – **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br

Endereço: Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.034/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210/2026

CONTRATANTE (UASG): 987871 – Município de São João – PR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

FORMA: Sistema de Registro de Preços

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto

REGIME DE EXECUÇÃO: Fornecimento sobre demanda, de forma parcelada, mediante requisição da administração;

AMPLA PARTICIPAÇÃO: Não

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: Sim

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 3.070/2023 e nº 3.118/2023, e demais normas aplicáveis.

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ração extrusada de categoria Premium para cães e gatos adultos, destinada ao suporte nutricional dos animais amparados pela ONG SOS Animais, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João/PR, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 49.402,80

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/05/2026, às 08h00min

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/05/2026, às 08h59min

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / DISPUTA DE LANCES: 21/05/2026, às 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal / Compras.gov.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- O julgamento será realizado pelo critério de menor preço por item.
- O fornecimento será realizado **sob demanda**, de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, sem garantia de consumo mínimo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- O objeto deverá atender integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, especialmente quanto à categoria Premium, composição nutricional mínima, embalagem, validade, integridade do produto e condições de entrega.
- Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, com identificação de lote, validade e demais informações exigidas pela legislação aplicável.
- Poderá ser exigida a apresentação de catálogo, ficha técnica, rótulo, registro no MAPA, laudo ou documentação equivalente, conforme condições previstas no edital e no Termo de Referência.
- Poderá ser exigida amostra do produto, quando necessário à verificação da conformidade técnica, conforme prazo e condições estabelecidos no edital e no Termo de Referência.
- O edital e seus anexos poderão ser obtidos no PNCP, no Compras.gov.br, no Portal da Transparência do Município e junto ao Setor de Licitações.
- Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão observar os prazos e condições previstos no edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.034/2026.

O Município de São João, Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente** e sob a condução do Agente de Contratação, designado pela **Portaria nº 6.934/2025**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e normas correlatas.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: (X) menor preço

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **Forma de disputa:** Aberta, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 14.133/2021;
- **Sistema de Registro de Preços:** Sim, com vigência de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021;
- **Critério de Julgamento:** Menor preço por item;
- **Participação:** Exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o valor estimado de cada item não ultrapassa o limite legal para participação exclusiva, sem prejuízo da aplicação, quando cabível, da preferência local/regional prevista no Decreto Municipal nº 3.070/2023;
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 08h59 min do dia 21/05/2026
- **Início da sessão/disputa de lances:** 09h00min do dia 21/05/2026.
- Todas as indicações de tempo constantes neste edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais para este processo licitatório: Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Municipais nº.3.118/2023, 3.070/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, para a **futura e eventual aquisição de ração extrusada de categoria Premium para cães e gatos adultos**, destinada ao suporte nutricional dos animais amparados pela **ONG SOS Animais**, por meio da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João/PR**, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste edital.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor total estimado para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 49.402,80 (quarenta e nove mil, quatrocentos e dois reais e oitenta centavos)**, conforme estimativa detalhada no orçamento referencial elaborado pela Administração, fundamentado em pesquisa de mercado e observando os princípios da economicidade, vantajosidade e competitividade, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras Gov, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.gov.br/compras, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. XV de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h30 e 13h30 às 17h00.

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão reguladas pelas **condições específicas e gerais do pregão**, bem como pelo disposto nos demais anexos deste edital.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

Fica vedada a participação do órgão ou entidade em outra **Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto**, durante a vigência da ata decorrente da presente licitação, salvo se a ata vigente tiver registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital, conforme disposto no **artigo 23, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Ainda, a execução da ata de registro de preços observará os princípios da **isonomia, eficiência, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, planejamento e interesse público**, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao órgão gerenciador e aos participantes

garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a conformidade com os quantitativos estimados e o controle da regularidade fiscal e técnica das contratações dele oriundas

6. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

6.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que permanecerem acima dos **valores unitários máximos e totais máximos fixados neste edital**, nos termos do **artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Além disso, poderá ser considerada **inexequível** qualquer proposta cujo preço seja manifestamente **irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual**, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a **inexequibilidade** da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o segundo colocado, seguindo a **ordem de classificação**, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e **compatível com os parâmetros de mercado**.

6.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **Menor Preço por item**, conforme estabelecido no **Termo de Referência (Anexo I)** deste edital.

1. Critério Geral

- Durante a fase de lances, os valores unitários ou globais que ultrapassarem o limite máximo permitido serão **desclassificados**, exceto nos casos de **Maior Desconto**, quando houver possibilidade de lances negativos.
- Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, as propostas que permanecerem acima dos valores máximos definidos no Termo de Referência serão **desclassificadas**.

2. Critério para Lotes com Múltiplos Itens

- Para lotes compostos por mais de um item, a aceitabilidade será baseada na **soma dos valores unitários** dos itens do lote.
- As propostas que ultrapassarem o valor total máximo estabelecido no Termo de Referência serão **desclassificadas**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

3. Critério para Lotes de Valor Global

- Quando o critério de julgamento for o **valor máximo global do lote**, a avaliação será baseada no preço total do lote.
- Se o valor global ofertado ultrapassar o limite definido no Termo de Referência, a proposta será **desclassificada**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não será inferior a **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação, conforme disposto no artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O não cumprimento deste prazo poderá resultar na desclassificação da proposta, conforme previsto neste edital.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido **tratamento favorecido** às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**. Também será assegurado **tratamento diferenciado** às **sociedades cooperativas** mencionadas no **artigo 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo que ME, EPP e MEI exerçam o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de 5% (cinco por cento) acima da melhor oferta apresentada por empresa de maior porte.

DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRA – QUANDO APLICÁVEL

A exigência de apresentação de amostras será aplicada exclusivamente aos itens em que houver previsão no Termo de Referência ou quando necessária à verificação da conformidade técnica do produto ofertado.

A amostra deverá ser apresentada em embalagem original, lacrada, com identificação de marca, fabricante, lote, validade, composição nutricional e demais informações constantes da rotulagem, permitindo a análise da conformidade com as especificações do edital e do Termo de Referência.

A avaliação poderá abranger, entre outros aspectos objetivos, composição nutricional, níveis mínimos de proteína e extrato etéreo, granulometria, odor, textura, integridade dos grãos, integridade da embalagem, validade, lote, registro no MAPA e adequação geral ao consumo animal.

A não entrega da amostra, o atraso injustificado ou a apresentação de produto em desconformidade com as especificações exigidas poderá ensejar a recusa da proposta, observados o contraditório, a possibilidade de diligência e os critérios previstos no edital.

As amostras não aprovadas deverão ser retiradas pelo licitante no prazo indicado pela Administração, podendo ser descartadas após esse prazo, sem direito a indenização.

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação.

A vedação se justifica em razão das características do objeto, que consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ração extrusada de categoria Premium para cães e gatos adultos, destinada ao suporte nutricional dos animais amparados pela ONG SOS Animais, tratando-se de bem comum, padronizado, amplamente disponível no mercado e plenamente fornecível por empresas do ramo de comércio de produtos agropecuários, pet shops,

distribuidoras, casas de ração ou estabelecimentos similares, sem necessidade de conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de mais de uma empresa.

Além disso, considerando que o certame será julgado pelo menor preço por item e que o fornecimento ocorrerá sob demanda, de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, a admissão de consórcios não se mostra necessária para ampliação da competitividade, podendo, ao contrário, dificultar a gestão e a fiscalização contratual, a verificação da qualidade dos produtos fornecidos, o controle dos prazos de entrega, a conferência de validade, lote, embalagem, registro no MAPA, substituição de produtos em desconformidade e a responsabilização por eventuais vícios ou descumprimentos contratuais.

Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de empresas em consórcio, desde que haja justificativa no processo administrativo. No presente caso, a opção pela vedação atende aos princípios da competitividade, isonomia, eficiência, segurança jurídica e interesse público.

Dessa forma, ficam impedidas de participar desta licitação empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração;
- **Anexo VI** – Locais de Entrega/Fornecimento do objeto;
- **Anexo VII** – Ata de Registro de Preços;
- **Anexo VIII** – Minuta do Contrato
- **Anexo IX** - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- **Anexo X** – Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados;

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas Compras Gov**, acessível pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e regulamentações vigentes.
- b) O certame será conduzido por servidor(a) público(a) **designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo monitoramento e gestão dos dados inseridos ou transferidos para o **sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal**.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se **credenciar previamente**, obtendo **chave de identificação e senha pessoal**, seguindo as instruções disponíveis na página do sistema.
- d.1) O **credenciamento do interessado e de seu representante legal** no sistema eletrônico **implica sua responsabilidade pelos atos praticados**, presumindo-se sua capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, nos termos do **artigo 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico **é de responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão **pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação** e que apresentem todos os documentos exigidos para habilitação, nos termos deste edital e da legislação aplicável.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração**, conforme especificado no Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.
- c) **É vedada a participação na licitação** de pessoas físicas ou jurídicas que:
- c.1)** tenham sido declaradas inidôneas ou sofrido **sanção impeditiva de contratar com a Administração Pública**, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021;
- c.2)** tenham constituído pessoas jurídicas que foram penalizadas nos termos do item c.1, enquanto perdurarem as penalidades;
- c.3)** possuam sócios em comum com empresas que se enquadrem no item c.2, salvo se comprovada a segregação de responsabilidades jurídicas e financeiras;
- c.4)** não operem no território nacional, estejam sob **falência, dissolução, liquidação** ou sejam pessoas físicas em situação de insolvência;
- c.5)** mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante, configurando **conflito de interesse**;
- c.6)** sejam **servidores públicos ou dirigentes de órgãos municipais**, ou empresas das quais esses servidores figurem como sócios, dirigentes ou possuam participação indireta, salvo nos casos permitidos por lei;

c.7) sejam pessoas físicas e jurídicas de que trata o **artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**, incluindo empresas que tenham entre seus sócios agentes públicos com influência na licitação ou que configurem hipótese de impedimento legal;

c.8) sejam autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo vinculado à licitação, isoladamente ou em consórcio, nos casos de obras, serviços ou fornecimento de bens, conforme vedado pelo **artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021**;

c.9) participem **na forma de consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e fundamentada no **artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

d) A **participação na licitação implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável**, não cabendo alegação de desconhecimento.

e) Além dessas condições gerais, deverão ser obedecidas eventuais **exigências específicas de participação** fixadas no edital, considerando as peculiaridades do objeto licitado.

f) O(a) pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes, com especial atenção à existência de **sanções impeditivas de contratação**, conforme previsto no **artigo 14 e no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:

a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;

a.2) sua condição de **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.

b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.

b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.

b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.

d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

a.1) **Valor unitário e total do item**, valor global ou percentual de desconto, conforme aplicável;

a.2) **Marca** do produto ofertado, quando aplicável;

a.3) **Fabricante**, quando aplicável;

a.4) **Descrição detalhada do objeto**, conforme especificado no **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando aplicável.

b) Todas as **especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado**, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência.

c) Os valores propostos devem **incluir todos os custos operacionais**, encargos **trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais** e quaisquer outros que incidam **direta ou**

indiretamente sobre o fornecimento dos bens ou serviços, assegurando o cumprimento do contrato sem prejuízo ao contratado.

d) Os **preços ofertados**, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não cabendo pleito de **alteração sob alegação de erro ou omissão**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, conforme disposto no **artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

f) As **ofertas devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital**, sendo passível de **desclassificação** qualquer proposta que ultrapasse esses limites.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

a) A abertura da licitação ocorrerá em **sessão pública**, por meio do **sistema eletrônico de compras**, na data, horário e local indicados no edital.

b) O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas, **desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital**, nos termos do **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que **somente estas participarão da fase de lances**.

d) O sistema disponibilizará um **campo próprio para troca de mensagens** entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

e) Iniciada a etapa competitiva, os **lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico**.

e.1) O lance deve ser ofertado de acordo com o **critério de disputa fixado neste edital**.

f) Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

g) O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ou **percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

h) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 0,01**.

5.1. Modos de Disputa

i) O modo de disputa será definido no edital, podendo ser:

5.1.1. Modo de Disputa Aberto

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, com possibilidade de prorrogação automática.

- A etapa de lances terá duração inicial de **10 minutos** e será prorrogada automaticamente caso haja lance ofertado nos últimos **2 minutos** do tempo estabelecido.

- A prorrogação automática será de **2 minutos** e ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances dentro desse período, inclusive no caso de lances intermediários.

- Caso não sejam apresentados novos lances conforme as regras acima, a sessão pública será automaticamente encerrada.

- O(a) **pregoeiro(a)**, assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da sessão para garantir a melhor proposta.

5.1.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, seguidos de um **lance final e fechado**.

- A fase inicial de lances terá duração de **15 minutos**, após o qual o sistema emitirá um aviso de **fechamento iminente** e iniciará um período adicional, aleatoriamente determinado, de até **10 minutos**.

- Após essa etapa, os licitantes que apresentaram a melhor oferta e aqueles cujos preços sejam **até 10% superiores** poderão apresentar **um lance final e fechado em até 5 minutos**, sendo sigiloso até o término desse período.

- Caso não haja pelo menos **três ofertas dentro das condições acima**, os três melhores licitantes subsequentes poderão apresentar um lance final e fechado.

- O sistema ordenará automaticamente os lances segundo a **ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto)**.

5.1.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto

- Somente os licitantes que apresentarem a **proposta mais baixa** e aqueles com valores **até 10% superiores** poderão participar da etapa aberta.

- Caso não haja **três propostas** dentro do intervalo de 10%, poderão participar os **três melhores licitantes**, considerando propostas empatadas.

- A fase de lances terá duração de **10 minutos**, com **prorrogações automáticas de 2 minutos** sempre que um novo lance for ofertado nos últimos **2 minutos** da sessão.

- O sistema **encerrará a disputa automaticamente** caso não haja novos lances, ordenando os valores conforme a classificação final.

- Caso a diferença entre a **melhor proposta e a segunda colocada seja superior a 5%**, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá determinar o **reinício da disputa** para definição das colocações subsequentes.

5.2. Encerramento da Fase de Lances e Negociação

j) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme o modo de disputa adotado, ordenando as propostas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

k) Após o encerramento da fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá:

- Negociar diretamente com o licitante que apresentou a **melhor oferta**, buscando melhores condições para a Administração.

- Verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e ao Termo de Referência.

- Desclassificar propostas que não atendam aos requisitos técnicos, financeiros ou de habilitação, convocando os próximos classificados.

l) O(a) pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances para assegurar a obtenção da melhor proposta ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. Critério de Desempate e Tratamento Favorecido para ME, EPP e MEI

m) Para os itens não destinados à participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (ME, EPP e MEI), encerrada a etapa de lances, será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

n) Considera-se empate, para fins de exercício do direito de preferência, na modalidade pregão, quando a proposta apresentada por ME, EPP ou MEI for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por empresa enquadrada nessas condições.

o) Ocorrendo o empate ficto, a ME, EPP ou MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

p) Não havendo o exercício do direito de preferência por parte da ME, EPP ou MEI, ou persistindo empate entre duas ou mais propostas em igualdade de condições, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

III – desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

q) Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná, por se tratar de licitação promovida por Município nele localizado;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.4. Negociação da Proposta Final

r) Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com o objetivo de obter condições mais vantajosas para a Administração, vedada a alteração das condições estabelecidas neste edital.

s) A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, assegurada a publicidade dos atos e o acompanhamento pelos demais licitantes.

t) Concluída a negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que encaminhe, no prazo de 02 (duas) horas, a proposta ajustada ao valor final ofertado, acompanhada, se necessário, dos documentos complementares exigidos para verificação da conformidade da proposta.

u) O prazo previsto na alínea anterior poderá ser prorrogado, por decisão do(a) pregoeiro(a), mediante solicitação devidamente fundamentada apresentada pelo licitante, via sistema, antes do seu encerramento.

v) Finalizada a negociação e apresentada a proposta ajustada, o(a) pregoeiro(a) dará início à fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

a) Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 154 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, sob pena de desclassificação.

c) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar:

c.1) Preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) ou desconto inferior ao mínimo exigido;

c.2) Preço manifestamente inexequível, observado o seguinte:

c.2.1) Para **bens**, considera-se inexequível a proposta com valor **inferior a 50%** do valor de referência definido pela Administração, **sem comprovação da viabilidade de execução**;

c.2.2) Para **serviços em geral**, considera-se inexequível a proposta com valor **inferior a 75%** do valor de referência, **sem apresentação de demonstração analítica que comprove sua exequibilidade**;

c.2.3) Serão também consideradas inexequíveis as propostas com preços **simbólicos, irrisórios ou de valor zero**, incompatíveis com os custos de mercado, exceto quando se referirem a bens ou estruturas de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à remuneração.

d) Qualquer interessado poderá solicitar diligências para verificar a exequibilidade ou legalidade das propostas apresentadas, mediante apresentação de provas ou indícios que fundamentem a dúvida.

e) Caso seja necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, esta será retomada somente após aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ficando o registro da ocorrência consignado em ata.

f) O(a) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de documentos complementares digitalizados por meio do sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis ou 03 (três) horas, conforme a urgência, sob pena de não aceitação da proposta.

f.1) O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do licitante apresentada via chat do sistema antes de seu vencimento.

f.2) Entre os documentos que poderão ser solicitados, incluem-se catálogos, fichas técnicas, declarações do fabricante, memoriais descritivos, amostras ou demais elementos que permitam a verificação completa das características, marca, modelo e conformidade do item ou serviço ofertado.

6.1 DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS (QUANDO APLICÁVEL)

g) A exigência de apresentação de amostras será aplicada **exclusivamente aos itens que assim estiverem expressamente previstos no Termo de Referência (Anexo I)** deste edital, incluindo os critérios de análise e julgamento técnico.

O local, data e horário para entrega e avaliação das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico utilizado para o certame, sendo facultada a presença dos licitantes interessados. Os resultados das avaliações também serão divulgados por meio eletrônico, com base nos aspectos técnicos definidos no Termo de Referência e nos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos pela Administração.

g.1) A **não entrega da amostra ou atraso na entrega**, sem justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a), ou a **entrega de amostra fora das especificações previstas no Edital**, resultará na **recusa da proposta**.

g.2) Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo **primeiro classificado não for(em) aceita(s)**, o(a) pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da **proposta do segundo classificado**, e assim sucessivamente, até a **verificação de uma proposta que atenda às especificações do Termo de Referência**.

g.3) As **amostras disponibilizadas serão tratadas como protótipos** e poderão ser **manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável**, sem direito a ressarcimento.

g.4) Após a **divulgação do resultado final da licitação**, as **amostras deverão ser retiradas pelos licitantes no prazo de 05 dias**, sob pena de **descarte ou incorporação pela Administração, sem direito a ressarcimento**.

g.5) Os licitantes deverão **disponibilizar todas as condições necessárias** para a realização de testes e fornecer, **sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa** necessários ao manuseio do item ofertado, quando aplicável.

6.2 NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

h) Se a **proposta ou lance vencedor for desclassificado**, o(a) pregoeiro(a) examinará a **proposta ou lance subsequente**, seguindo a **ordem de classificação**.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá **suspender a sessão e informar a nova data e horário** para sua continuidade por meio do **chat do sistema**.

j) O(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso**, com o objetivo de **obter melhor preço**, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

j.1) Caso o(a) pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá também **negociar melhores condições** com o licitante classificado em seguida.

j.2) A negociação será **conduzida pelo sistema** e poderá ser **acompanhada pelos demais licitantes**.

6.3 CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI

k) Nos itens que **não sejam exclusivos para a participação de ME, EPP e MEI**, caso a **proposta não seja aceita**, e antes de o(a) pregoeiro(a) passar para o próximo classificado, haverá **nova verificação pelo sistema** para eventual ocorrência de **empate ficto**, conforme previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

m) Encerrada a **análise da proposta**, o(a) pregoeiro(a) verificará a **habilitação do licitante**, conforme as disposições deste Edital.

n) O licitante **provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro**, deverá comprovar **cumulativamente os requisitos de habilitação**, somando as exigências do item em que venceu às do item em que está concorrendo, **sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis**.

n.1) Se **não houver comprovação cumulativa**, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de **menor(es) valor(es)** cuja retirada seja suficiente para a **habilitação do licitante nos demais itens**.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço proposto, conforme modelo do **Anexo III**, até a data e horário estabelecidos no edital.

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo II – Documentos de Habilitação** deste edital e serão exigidos do **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar**, na forma, prazo e condições definidos pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico.

7.1. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LICITANTES

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de **impedimentos ou sanções restritivas do direito de licitar ou contratar**, mediante consulta aos sistemas e cadastros oficiais aplicáveis, especialmente:

i) **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**;

ii) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU**;

iii) **Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR**.

d.1) A consulta poderá ser realizada em nome da empresa licitante e de seu **sócio majoritário**, quando cabível, para verificação de eventual impedimento legal ou indícios de burla à aplicação de sanções.

d.1.1) Caso a consulta aponte **ocorrências impeditivas indiretas** ou indícios de fraude, a Administração poderá promover diligências para apuração da situação concreta.

d.1.1.1) A eventual tentativa de burla poderá ser analisada à luz de elementos como **vínculos societários**, identidade de sócios, atuação coordenada, similaridade operacional e outros indícios juridicamente relevantes.

d.1.1.2) Antes da adoção de decisão desfavorável, o licitante será convocado para manifestação, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

d.2) Constatada a existência de sanção impeditiva ou de ausência de condição de participação, o licitante será **inabilitado** ou **desclassificado**, conforme a fase em que a irregularidade for constatada.

d.3) Não havendo impeditivos, a habilitação do fornecedor poderá ser verificada por meio do **SICAF**, relativamente aos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É de responsabilidade do licitante manter atualizados os documentos constantes dos sistemas oficiais utilizados pela Administração, para que estejam vigentes na data da sessão pública ou da convocação para habilitação.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados nos sistemas consultados, o licitante deverá apresentá-los na forma exigida pelo edital, sob pena de inabilitação, ressalvada a possibilidade de emissão direta pela Administração nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, quando cabível.

7.2. APRESENTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS

e) Os documentos exigidos para fins de habilitação que já constem em **sistemas oficiais**, em cadastros públicos ou em bases eletrônicas acessíveis à Administração poderão ser consultados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), desde que estejam **válidos, atualizados e aptos à verificação eletrônica**.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato digital, observadas as exigências do edital, admitida posterior verificação de autenticidade e validade pela Administração.

7.3. REGRAS PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

g) As **ME, EPP e MEI** deverão apresentar toda a documentação de habilitação exigida, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observando-se o tratamento favorecido previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.4. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

j) Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas antes da abertura da sessão, sendo esta definida somente após os procedimentos de disputa, negociação e julgamento.

k) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro no sistema eletrônico.

l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do **menor valor registrado**, sem identificação do licitante.

m) Em caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para envio de novos lances.

n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo que comprometa a continuidade regular da sessão, esta poderá ser suspensa e reiniciada posteriormente, mediante comunicação prévia aos participantes no próprio sistema eletrônico.

7.5. PUBLICIDADE E ACESSO ÀS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise do(a) Pregoeiro(a) e, quando cabível, para acesso público, após o encerramento da fase competitiva, observadas as regras do sistema eletrônico, a legislação aplicável e a proteção de informações sigilosas.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas**, e assinada **eletronicamente com certificação digital ICP-Brasil** pelo **representante legal do licitante** (ou seu procurador qualificado).

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação;**
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante;**
- **Descrição do produto/serviço ofertado** para cada **item e/ou lote** da licitação, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I);
- **Valor global, preços unitários e globais por item e/ou lote**, cotados em moeda corrente nacional (R\$);
- **Prazo de validade da proposta**, que **não poderá ser inferior ao estabelecido no edital**.

a.1) A **proposta definitiva** deverá **obrigatoriamente observar os preços unitários máximos** fixados na **planilha de composição de preços do edital e seus anexos**, sob pena de **desclassificação**, independentemente do critério de disputa e da composição dos lotes.

a.2) O(a) **pregoeiro(a)** poderá **corrigir erros materiais ou falhas evidentes** nas propostas que **não comprometam sua substância ou validade jurídica**, atribuindo-lhes eficácia **para fins de classificação**, nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.3) Os preços deverão ser cotados em **reais (R\$)**, com até duas casas decimais após a vírgula. **Valores além da segunda casa decimal serão desconsiderados pelo sistema**.

b) Nos termos do **§1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante deverá **declarar, sob pena de desclassificação**, que sua **proposta econômica compreende a totalidade dos custos necessários** ao cumprimento dos **direitos trabalhistas assegurados** pela **Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste edital.

c) Nos termos do **artigo 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante **poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital**, obrigando-se a **cumprir o fornecimento nos limites da proposta apresentada**, garantindo o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá **manifestar, em campo próprio do sistema**, de forma **imediata e motivada**, sua intenção de recorrer, sob pena de **preclusão**, em relação às fases de **julgamento e habilitação**, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a **adjudicação**, nos termos do **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) As **razões recursais** devem ser apresentadas **exclusivamente por meio eletrônico**, com **certificação digital ICP-Brasil**.

a.2) Os demais licitantes serão **automaticamente intimados a apresentar contrarrazões** ao recurso **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, **devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil**.

- b) A ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado resultará na **decadência do direito de recorrer**, conforme artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) As razões e contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme as disposições anteriores, ou que forem **subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante**, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).
- d) Os autos do **processo administrativo de licitação** estarão à disposição dos interessados no Portal da Transparência do Município, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>
- e) O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- a) Após a análise da aceitabilidade da proposta, regularidade da documentação e habilitação do licitante vencedor, bem como eventual verificação de amostras exigidas, o(a) pregoeiro(a) encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para adjudicação e homologação, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Será permitida a adjudicação e homologação parcial do procedimento licitatório, quando o objeto licitado for dividido em lotes distintos, conforme critérios previamente estabelecidos no edital.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- a) Após a homologação da licitação pela autoridade competente, o Município convocará o(s) adjudicatário(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, preferencialmente por meio eletrônico, com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 05 dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa aceita pela Administração, conforme artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) O não atendimento à convocação, a recusa ou a omissão do adjudicatário na assinatura da Ata de Registro de Preços resultará em sua desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente, conforme o artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Caso o primeiro classificado se recuse a assinar a Ata, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-la nas condições por eles ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, conforme os termos deste Edital e o artigo 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) Será incluído na Ata de Registro de Preços um anexo contendo os registros dos licitantes que aceitarem fornecer os bens ou serviços pelos mesmos preços do licitante vencedor, visando a formação de cadastro reserva para eventual necessidade de substituição, conforme artigo 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- e) A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que seja comprovada a vantajosidade dos preços em comparação com o mercado, conforme artigo 84, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentações aplicáveis.
- f) A assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s) ou a retirada da(s) nota(s) de empenho (ou documento equivalente) vincula as partes ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições estabelecidos neste Edital e na legislação vigente.
- g) Para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Municipal, mantendo as

condições de habilitação ao longo da vigência da Ata e do contrato, conforme artigo 87 da Lei Federal nº 14.133/2021.

h) Conforme o artigo 82, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, os preços registrados poderão ser revisados ou alterados mediante justificativa fundamentada, nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, bem como em decorrência de eventos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato nos termos pactuados.

i) A revisão ou alteração dos preços registrados dependerá de autorização da autoridade competente, sendo as modificações disponibilizadas publicamente no site oficial da Administração, conforme disposto no artigo 88 da Lei Federal nº 14.133/2021.

j) Os preços registrados poderão ser atualizados anualmente pelo índice INPC/IBGE, com termo inicial na data da apresentação da proposta. Para ajustes subsequentes, será considerado o término do período anterior, nos termos do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) O reajuste dos preços dependerá de solicitação formal do fornecedor, protocolada até 30 (trinta) dias antes do fim do período de atualização. A ausência do pedido no prazo estabelecido implicará a preclusão do direito de reajuste.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será notificado para assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 dias úteis, podendo ser prorrogado a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação e estar sujeito às penalidades previstas neste Edital, nos termos do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

a.1) Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o contrato para assinatura via correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, devendo ser devolvido devidamente assinado no prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento.

b) Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Certificado de Registro Cadastral do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação previstas no edital durante toda a vigência do contrato, conforme artigo 87 da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta aos cadastros de inadimplência federais, estaduais e demais registros para atestar a regularidade da empresa adjudicatária, garantindo conformidade com o artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Os pagamentos serão condicionados à prévia indicação, pelo credor, dos dados bancários em conta corrente mantida na instituição financeira contratada pelo Município, em conformidade com a legislação vigente.

e) Caso o adjudicatário não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração poderá revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições ofertadas pelo primeiro colocado, conforme artigo 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

e.1) A recusa injustificada do adjudicatário ou justificativa não aceita pela Administração poderá resultar na aplicação de sanções administrativas, nos termos do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

e.2) Se nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos estabelecidos, o Município poderá convocar os remanescentes, observando a ordem de classificação, para assinatura do contrato nas condições por eles ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

f) A entrega, o recebimento do objeto licitado e os pagamentos serão realizados nos prazos, locais e formas estabelecidas nos anexos deste Edital, garantindo a regularidade na execução contratual.

g) Em caso de atraso nos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido para o atraso, será aplicada taxa de compensação financeira sobre o valor devido, nos termos do artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

h) Antes de cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e nos cadastros de inadimplência federais, estaduais e municipais para verificar a manutenção das condições de habilitação do licitante contratado, garantindo o cumprimento das exigências legais.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou contratado que praticar **infração administrativa** ficará sujeito às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 3.118/2023, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e penal.

b) Constituem **sanções administrativas aplicáveis**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – **advertência**;

II – **multa**;

III – **impedimento de licitar e contratar**;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

c) A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) A sanção de **multa** será aplicada nas hipóteses previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, **não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%**, calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

e) A **multa moratória**, em caso de **atraso injustificado** na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, limitada ao percentual máximo previsto em lei e sem prejuízo da possibilidade de **rescisão contratual** e aplicação de outras sanções cabíveis.

f) A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

g) A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

h) A aplicação das sanções observará a **natureza e a gravidade da infração**, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa**.

i) A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** dependerá de **processo de responsabilização**, a ser

conduzido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o **contraditório** e a **ampla defesa**.

j) A **multa** poderá ser aplicada **cumulativamente** com as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) Se a **multa aplicada** e as **indenizações cabíveis** forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser **cobrada judicialmente**.

l) A aplicação das sanções previstas neste item **não exclui**, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Administração Pública.

m) Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, eventual **responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

n) As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

o) Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e demais normas aplicáveis.

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes **declaram conhecer e se comprometer a cumprir** as normas de **prevenção à corrupção** estabelecidas na legislação brasileira, incluindo a **Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992)** e a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, além de seus regulamentos.

Para a execução deste contrato, **nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou benefício indevido a quem quer que seja, direta ou indiretamente.**

- **Também é vedada qualquer forma de manipulação ou fraude que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.**
- **O mesmo compromisso deverá ser assegurado por prepostos, administradores e colaboradores das partes envolvidas, garantindo a ética e a transparência na execução do contrato.**

15. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.

b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte** sobre **todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.

b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.

b.3) As **retenções** serão efetuadas **no momento do pagamento** dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente

atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Todas as **referências de tempo** deste Edital correspondem ao **horário oficial de Brasília-DF**, nos termos do **Decreto Federal nº 6.932/2009**.
- b) Caso ocorra **decretação de feriado** ou outro fato **superveniente** que **impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas** na data designada no Edital, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação.
- c) O(a) **pregoeiro(a)** poderá, se necessário, **promover diligências** para esclarecer ou **complementar informações** constantes do processo licitatório, nos termos do **artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) O licitante será responsável por eventuais perdas de negócios decorrentes da inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico, ainda que ocorra desconexão durante o certame, conforme previsto no **artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) A não apresentação de qualquer documento exigido ou a apresentação com prazo de validade expirado resultará na **desclassificação ou inabilitação do licitante**, salvo se for possível a regularização nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) A contratada deverá garantir livre acesso da Administração e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado, sempre que solicitado, garantindo transparência e fiscalização efetiva.
- g) Os documentos que não mencionarem prazo de validade serão considerados válidos por **90 (noventa) dias a partir da data de emissão**, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.
- h) Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a) poderá verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados, garantindo conformidade com as exigências do certame.
- i) O(a) pregoeiro(a) poderá relevar falhas meramente formais que não comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta, podendo ainda promover diligências para esclarecer ou complementar informações, inclusive solicitando pareceres técnicos, conforme o **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- j) A realização desta licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado. A autoridade competente poderá revogar o certame total ou parcialmente por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade, mediante decisão fundamentada, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- k) O foro competente para dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente será o da **Comarca de São João, PR**, conforme estabelecido na legislação aplicável.
- O servidor responsável pela **subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal.**

Município de São João, em 07 de maio de 2026

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação

Joni Zanella Ferreira
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Data: 04 de março de 2026 **Sistema da Contratação:**

() Pregão Eletrônico – contratação tradicional

(X) Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP), com formalização de Ata de Registro de Preços (ARP)

1. Definição do Objeto:

1.1. Objeto: Constitui objeto da presente contratação o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de ração comercial destinada à alimentação de cães e gatos adultos atendidos pelos programas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, conforme as especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

1.2. Natureza do Objeto: Trata-se de contratação de natureza comum, consistente na aquisição de bens de consumo (ração para cães e gatos), cujos padrões de desempenho, qualidade e características técnicas podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com os termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Quantitativos e Especificações

Item	Descrição Detalhada do Bem/Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Especificações Técnicas Complementares
01	RAÇÃO PARA CÃO ADULTO PREMIUM Alimento para cães adultos, completo balanceado, feito com ingredientes de alta qualidade, rico em energia e proteínas de origem animal, fonte de ômega 3 e 6, mínimo 18% proteína, extrato etéreo 7% ou 7g/kg. Prazo de validade mínima de 12 meses. Saco / embalagem 20kg.	Saco 20kg	240	Ração que utilize ingredientes de qualidade e maior digestibilidade.
02	RAÇÃO PARA GATO ADULTO PREMIUM Alimento para gatos adultos, completo e balanceado, feito com ingredientes de alta qualidade, rico em energia e proteínas de origem animal, fonte de ômega 3 e 6, mínimo 26% proteína, extrato etéreo 8% ou 8g/kg. Prazo de Validade mínima de 12 meses. Saco/embalagem 20kg.	Saco 20kg	60	Ração que utilize ingredientes de qualidade e maior digestibilidade.

1.4. Prazo de Vigência, Formalização e Prorrogação:

1.4.1. Pregão Eletrônico – SRP/ARP:

A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, em conformidade com o edital e a legislação aplicável.

As contratações decorrentes da ARP poderão ser formalizadas por meio de contrato, nota de empenho, autorização de compra, ordem de fornecimento, ordem de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme a natureza e especificidades do objeto.

1.4.2. Prorrogação:

Havendo previsão no edital e no instrumento convocatório correspondente, os prazos poderão ser prorrogados quando juridicamente cabível e compatíveis com a natureza do objeto, mediante:

- justificativa formal da Administração;
- demonstração da vantajosidade;
- manutenção das condições mais favoráveis para a Administração;
- observância das disposições da Lei nº 14.133/2021.

1.4.3. Observação complementar:

A contratação possui natureza de fornecimento contínuo. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante prévia e específica motivação da Administração, comprovando a vantajosidade econômica e a manutenção das condições de habilitação da contratada, respeitados os limites legais vigentes.

2. Fundamentação da Contratação:

A presente contratação fundamenta-se no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, o qual analisou de forma comparativa as alternativas disponíveis no mercado e demonstrou que a solução ora proposta constitui a opção mais adequada para atender à necessidade pública identificada, considerando aspectos de eficiência, economicidade, segurança jurídica e qualidade do fornecimento.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) concluiu que:

- A demanda está devidamente justificada e é necessária para a continuidade e eficiência das atividades do órgão requisitante;
- A solução escolhida apresenta viabilidade técnica e operacional, com especificações compatíveis com os resultados pretendidos pela Administração;
- Os quantitativos estimados e as condições de execução são adequados à necessidade administrativa identificada;
- Os custos estimados estão compatíveis com os preços praticados no mercado, considerando a metodologia de pesquisa de preços aplicável ao objeto;
- Não foram identificados impedimentos de ordem técnica, jurídica, orçamentária ou de gestão que inviabilizem a contratação;
- A decisão pela contratação observa os princípios de planejamento, eficiência, motivação, economicidade, transparência, competitividade e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, devendo manter coerência com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), com o ETP, com o edital e com os demais documentos da fase preparatória.

3. Descrição da Solução:

A solução consiste no fornecimento parcelado de ração extrusada para cães e gatos, abrangendo a entrega do produto nos locais indicados pela Administração, em embalagens adequadas que assegurem a integridade nutricional e a proteção contra pragas.

A solução inclui, ainda, o suporte técnico do fornecedor para eventual substituição de lotes que apresentem vícios de qualidade, garantindo a continuidade da alimentação dos animais. Ademais, contempla a destinação final ambientalmente adequada das embalagens avariadas, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

3.1. Entrega / Execução

- O fornecimento será realizado de forma **parcelada**, mediante a emissão de Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, conforme a necessidade da Administração.
- Os produtos deverão ser entregues na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.
- Prazo máximo de **15 dias úteis**, em embalagens originais, lacradas e com identificação de lote e validade.
- O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega para conferência quantitativa, e o definitivo em até **3 dias úteis**, após a verificação da conformidade técnica e qualidade da ração.

3.2. Garantia, Manutenção e Assistência

- A contratada deverá garantir a qualidade e a integridade nutricional da ração durante todo o seu prazo de validade, desde que armazenada em condições adequadas pela Administração.
- A assistência consistirá na substituição obrigatória e imediata, sem custos adicionais ao Município, de qualquer lote que apresente vícios de qualidade, alterações organolépticas (cor, odor, sabor) ou danos nas embalagens, verificados no ato da entrega ou durante o uso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a notificação formal pela Administração.

3.3. Descarte e Sustentabilidade

A contratada deverá fornecer produtos cujas embalagens sejam passíveis de reciclagem ou reutilização, priorizando materiais de baixo impacto ambiental. A Administração Municipal deverá segregar as embalagens vazias e limpas para encaminhamento aos programas locais de coleta seletiva ou associações de catadores, visando a logística reversa e a redução do impacto ambiental da contratação.

4. Requisitos da Contratação:

- **Registro no MAPA:** a empresa contratada e o fabricante da ração deverão possuir registro ativo junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), comprovando a regularidade do produto e do estabelecimento.
- **Qualidade nutricional:** os produtos fornecidos deverão atender rigorosamente aos níveis mínimos de garantia (proteínas, extrato etéreo, fibras e minerais) estabelecidos nas especificações técnicas deste Termo de Referência.
- **Amostras e laudos:** a Administração poderá exigir, após a fase de lances, a apresentação de amostras lacradas ou laudos técnicos laboratoriais, a fim de verificar a conformidade do produto com as exigências do edital.
- **Embalagem e rotulagem:** os produtos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, hermeticamente fechadas, contendo obrigatoriamente data de fabricação, prazo de validade, número do lote e composição qualitativa.
- **Logística de entrega:** a contratada deve possuir capacidade logística para realizar entregas parceladas nos locais indicados, respeitando o prazo máximo estipulado e utilizando veículos limpos e adequados ao transporte de alimentos.
- **Validade mínima:** no ato da entrega, os produtos devem apresentar prazo de validade remanescente mínimo de 6 meses.
- **Responsabilidade técnica:** o fabricante deverá possuir Responsável Técnico (Médico Veterinário ou Zootecnista) devidamente registrado no respectivo Conselho de Classe.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade

- **Logística reversa e descarte:** a contratada deverá responsabilizar-se pelo recolhimento e destinação final ambientalmente adequada das embalagens de lotes que venham a ser recusados ou que apresentem avarias, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.
- **Otimização do transporte:** a contratada deverá planejar as rotas de entrega de forma a minimizar a emissão de gases de efeito estufa e o consumo de combustíveis fósseis, priorizando veículos com manutenção adequada e menores índices de poluição.
- **Sustentabilidade das embalagens:** as embalagens dos produtos deverão ser preferencialmente fabricadas com materiais recicláveis ou que possuam tecnologia para redução do impacto ambiental no descarte (ex.: polietileno de alta densidade reciclável), evitando o uso excessivo de plásticos desnecessários no transporte.
- **Certificações e boas práticas:** será valorizada a comprovação de que o fabricante adota práticas de sustentabilidade em sua linha de produção, como o uso de energias renováveis, reuso de água ou certificações ambientais (ex.: selo ISO 14001).
- **Responsabilidade social:** a contratada deverá declarar que não utiliza mão de obra infantil e que cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, respeitando os direitos sociais previstos na Constituição Federal.
- **Insumos seguros:** os produtos fornecidos deverão estar livres de substâncias químicas proibidas ou controladas, que possam causar danos ao meio ambiente ou à saúde animal a longo prazo.

4.3. Requisitos Legais e de Habilitação Técnica Específica

- **Registro no MAPA (Fabricante):** apresentação do comprovante de registro do estabelecimento fabricante junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em conformidade com o Decreto Federal nº 6.296/2007.
- **Registro do produto no MAPA:** certificado de registro de cada produto (ração para cães e gatos) expedido pelo MAPA ou comprovante de isenção de registro, quando aplicável, garantindo a conformidade com as normas sanitárias vigentes.
- **Registro no Conselho Profissional (CRMV):** comprovação de que a empresa fabricante possui **Responsável Técnico** (Médico Veterinário ou Zootecnista) com registro ativo no respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV).
- **Alvará Sanitário:** apresentação do Alvará de Funcionamento ou Licença Sanitária expedido pelo órgão competente da localidade da sede da licitante, comprovando que o local de armazenamento cumpre as normas de higiene e segurança.
- **Declaração de Conformidade Técnica:** declaração assinada pela licitante garantindo que a ração entregue obedecerá rigorosamente aos Níveis Mínimos de Garantia exigidos no Anexo de Especificações deste Termo de Referência.

4.4. Requisitos Operacionais

- **Recebimento de Ordens de Fornecimento:** a contratada deverá disponibilizar canal oficial de comunicação (e-mail e/ou sistema eletrônico) para o recebimento das Ordens de Fornecimento, confirmando o recebimento de forma formal.
- **Logística de entrega:** as entregas deverão ser efetuadas nos locais indicados pela Administração, sem custos adicionais de frete ou descarga para o Município.
- **Acondicionamento no transporte:** o transporte da ração deverá ser realizado em veículos limpos, fechados e livres de contaminantes, produtos químicos, umidade ou odores que possam comprometer a palatabilidade e segurança do alimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- **Empilhamento e descarga:** no ato da entrega, a contratada deve observar as normas de empilhamento máximas recomendadas pelo fabricante, evitando esmagamento dos grãos e rompimento das embalagens.
- **Substituição de lotes:** caso seja identificada qualquer desconformidade (cheiro de ranço, presença de insetos ou embalagens danificadas), a empresa deverá realizar a troca sem ônus no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, independentemente de o material ter sido recebido provisoriamente.
- **Acompanhamento da validade:** a contratada deverá manter controle rigoroso de lotes, garantindo que as entregas mais recentes não apresentem prazo de validade inferior aos lotes anteriormente entregues no mesmo almoxarifado.
- **Equipamentos de proteção e identificação:** os funcionários da contratada, no momento da entrega nas dependências municipais, deverão estar uniformizados e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, conforme normas de segurança vigentes.

4.5. Requisitos de Recebimento e Aceitação

- **Recebimento provisório:** realizado no ato da entrega pelo servidor responsável ou comissão designada, para conferência da quantidade de sacos, integridade das embalagens (ausência de furos ou rasgos) e conformidade com a Nota de Empenho.
 - **Prazo para recebimento definitivo:** ocorrerá em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório, mediante inspeção detalhada da qualidade, rotulagem e níveis de garantia da ração.
 - **Conferência de validade:** só serão aceitos lotes com mínimo de 6 (seis) meses de vida útil remanescente no momento da entrega, conforme a data de fabricação impressa na embalagem.
 - **Inspeção organoléptica:** a aceitação final depende da ausência de sinais de ranço, mofo, umidade excessiva, presença de insetos (carunchos) ou odores estranhos que possam indicar deterioração ou contaminação química.
 - **Verificação de lacre e rotulagem:** cada unidade deve estar hermeticamente lacrada de fábrica, com rótulo em português contendo níveis de garantia, composição, número de registro no MAPA e identificação clara do lote.
 - **Amostragem e teste de aceitabilidade:** a Administração reserva-se o direito de realizar testes de aceitação com os animais ou enviar amostras para análise laboratorial, caso haja suspeita de desconformidade técnica.
 - **Rejeição e substituição:** caso o produto seja recusado no recebimento definitivo, a contratada deverá retirá-lo e substituí-lo por material adequado em até 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer custo adicional para o Município, sob pena de aplicação de sanções.
- Atesto da Nota Fiscal:** a Nota Fiscal/Fatura só será encaminhada para liquidação e pagamento após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

5. Modelo de Execução do Objeto:

O objeto será executado de forma parcelada, mediante solicitações periódicas da Administração, de acordo com a demanda dos canis e programas municipais.

A execução seguirá o fluxo de emissão de Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, detalhando o item, a quantidade e o local de entrega.

A contratada deverá manter estoque suficiente para atender aos pedidos dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a padronização da marca registrada e a manutenção da qualidade nutricional em todas as entregas realizadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1. Início da Execução

- **Autorização formal:** a execução do objeto terá início somente após a assinatura da Ata de Registro de Preços (e/ou Contrato) e a partir do recebimento da primeira Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, enviada oficialmente pela Administração.
- **Prazo para primeira entrega:** a contratada deverá estar apta a realizar a primeira entrega em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da respectiva solicitação inicial.
- **Indicação de representante:** no ato do início da execução, a empresa deverá indicar formalmente um preposto (contato responsável) para tratar de questões operacionais e emergenciais junto ao Fiscal do Contrato.
- **Cronograma de pedidos:** a Administração informará à contratada a estimativa de periodicidade dos pedidos (ex.: semanal, mensal ou trimestral), sem prejuízo de solicitações extraordinárias para atender aumentos repentinos na população animal.
- **Amostragem prévia:** caso previsto no edital, o início da execução em larga escala poderá ficar condicionado à aprovação final de uma amostra física do lote a ser fornecido.

5.2. Prazo de Entrega / Execução

- **Prazo Regular:** A contratada deverá entregar os produtos em até **15 dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho por meio eletrônico.
Contagem do Prazo: O prazo de entrega será contado em dias úteis, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data de confirmação do recebimento da solicitação pela contratada.
- **Horário de Entrega:** As entregas deverão ser efetuadas exclusivamente em dias de expediente da Prefeitura, no horário das 08:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas, salvo em situações excepcionais previamente autorizadas pelo Fiscal do Contrato.
- **Local de Execução:** A execução do objeto (entrega e descarregamento) ocorrerá na Secretária da Agricultura e Meio Ambiente, AV. Paraná, 426, CEP: 85570000, São João, Paraná, Brasil. Sendo de total responsabilidade da contratada o transporte e os encargos com pessoal para descarregamento.
- **Prorrogação de Prazo:** O prazo de entrega poderá ser prorrogado apenas por solicitação justificada da contratada, por escrito, antes do vencimento do prazo original, e desde que aceito pela Administração em decorrência de caso fortuito ou força maior.
- **Atrasos e Sanções:** O descumprimento injustificado dos prazos de entrega sujeitará a contratada às sanções previstas no Edital, podendo ensejar inclusive a rescisão da Ata de Registro de Preços.

5.3. Rotina de Execução

- **Solicitação de fornecimento:** a rotina inicia-se com o envio da Ordem de Fornecimento (OF) ou Nota de Empenho pelo Gestor do Contrato, via e-mail oficial, especificando o item (cão/gato), a quantidade de sacos e o local de entrega.
- **Confirmação:** a contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação em até 24 (vinte e quatro) horas, informando a previsão exata de entrega dentro do prazo estabelecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- **Acondicionamento e transporte:** os produtos devem ser carregados em veículos adequados, garantindo que os sacos de ração fiquem isolados de umidade e produtos químicos, e organizados de forma a facilitar a contagem no destino.
- **Acompanhamento da entrega:** no ato da entrega, o preposto da contratada deverá apresentar o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) correspondente à quantidade solicitada.
- **Conferência qualitativa e quantitativa:** o fiscal ou servidor designado realizará a conferência visual (integridade das embalagens, validade e lacres) e a contagem física dos volumes.
- **Registro de ocorrências:** caso ocorram divergências (sacos rasgados, marca diferente da licitada ou validade próxima do vencimento), o fato será registrado no verso da nota fiscal e a contratada deverá providenciar a correção imediata.
- **Armazenamento e empilhamento:** a descarga deve ser realizada pela contratada no local de estoque indicado, respeitando a altura máxima de empilhamento para evitar danos ao produto.
- **Finalização do ciclo:** após o recebimento definitivo e o atesto da nota fiscal, o processo será encaminhado para liquidação e pagamento, liberando o saldo da Ata para a próxima solicitação.

5.4. Condições de Entrega, Recebimento e Aceite

- **Responsabilidade pelo descarregamento:** a entrega compreende o transporte, descarga e empilhamento dos sacos de ração no local indicado, sendo todos os custos (frete, pessoal e encargos) de responsabilidade exclusiva da contratada.
- **Integridade das embalagens:** no ato da entrega, as embalagens devem estar perfeitamente íntegras, sem furos, rasgos, remendos ou sinais de umidade. Embalagens avariadas serão recusadas imediatamente.
- **Identificação e validade:** cada saco deve possuir rotulagem clara com número de lote e data de validade. Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 6 meses no momento da entrega.
- **Recebimento provisório:** será realizado pelo servidor responsável no momento da entrega e consiste na conferência da quantidade e análise visual externa dos volumes. O servidor assinará o canhoto da Nota Fiscal apenas como comprovante de entrega física, não constituindo aceite definitivo.
- **Recebimento definitivo:** ocorrerá em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório. Nesta fase, a Administração poderá abrir embalagens aleatórias para verificar consistência, odor e presença de corpos estranhos ou pragas. O aceite definitivo será formalizado apenas após confirmação de que o produto atende a todos os níveis de garantia nutricional exigidos no Termo de Referência.
- **Critérios de rejeição:** o produto será rejeitado caso apresente alterações organolépticas (cheiro de ranço, mudança de cor), presença de carunchos/insetos ou divergência de marca em relação à registrada na Ata de Registro de Preços.
- **Substituição:** em caso de recusa, a contratada deverá retirar o material e efetuar a substituição por produtos em conformidade no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, sem qualquer custo para a Administração.
- **Formalização do aceite:** o aceite será registrado por meio do atesto no verso da Nota Fiscal Eletrônica, requisito indispensável para a liberação do pagamento.

6. Modelo de Gestão do Contrato:

A gestão da Ata de Registro de Preços será realizada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, que designará um Gestor para as decisões administrativas e um Fiscal de Contrato para o acompanhamento técnico cotidiano.

O Fiscal de Contrato será responsável por verificar o cumprimento dos prazos de entrega, a qualidade nutricional da ração e a integridade das embalagens no ato do recebimento. Todas as ocorrências e deficiências verificadas serão registradas formalmente pelo fiscal, que determinará as providências necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados.

Os registros realizados servirão de base para a autorização de pagamentos ou aplicação de sanções contratuais, garantindo a efetividade, transparência e segurança jurídica da execução do contrato.

6.1. Gestão da Contratação

- **Designação de responsáveis:** a Administração designará formalmente um Gestor do Contrato, responsável pelo acompanhamento administrativo e pelo controle de prazos, e um Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento técnico da execução e pela verificação da qualidade do objeto, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- **Comunicação oficial:** todas as comunicações entre a contratada e a Administração (pedidos, notificações, solicitações de substituição ou esclarecimentos) deverão ser realizadas por escrito, preferencialmente por meio de e-mail institucional ou sistema eletrônico de gestão, garantindo rastreabilidade e registro formal.
- **Controle de saldo da ata:** o Gestor da Contratação deverá manter controle atualizado do saldo da Ata de Registro de Preços, assegurando que as solicitações de fornecimento não ultrapassem os quantitativos máximos registrados.
- **Registro de ocorrências:** o Fiscal do Contrato deverá registrar em relatório ou sistema próprio todas as falhas observadas na execução do objeto, tais como atrasos na entrega, inconformidades na qualidade da ração ou avarias nas embalagens, notificando formalmente a contratada para adoção das providências necessárias à regularização.
- **Reuniões de alinhamento:** sempre que necessário, a Administração poderá convocar o preposto da contratada para reuniões de acompanhamento e avaliação do fornecimento, com o objetivo de corrigir eventuais falhas operacionais, logísticas ou de atendimento.
- **Avaliação de desempenho:** a Administração poderá registrar periodicamente o desempenho da contratada durante a execução do objeto, considerando critérios como pontualidade, qualidade do produto e atendimento às obrigações contratuais, podendo tais registros subsidiar futuras contratações ou eventual aplicação de sanções.
- **Apoio técnico:** quando necessário, o Fiscal do Contrato poderá solicitar apoio técnico de profissionais habilitados, como médicos-veterinários ou especialistas da área de zoonoses, para auxiliar na avaliação da qualidade do produto fornecido, especialmente em casos de dúvidas quanto à palatabilidade, composição ou adequação nutricional.

Cargo/Setor: Diretor da Secretaria da Agricultura e meio Ambiente Gabriel Henrique Lemos

6.2. Fiscalização Técnica

- **Verificação nutricional:** conferência dos Níveis de Garantia informados na rotulagem do produto, verificando se os parâmetros nutricionais indicados na embalagem correspondem às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, tais como teor de proteína bruta, extrato etéreo, matéria mineral, fibra bruta e demais componentes exigidos.
- **Avaliação sensorial e sanitária:** realização de inspeção física do produto para identificar possíveis sinais de deterioração ou contaminação, tais como presença de insetos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

(carunchos), mofo, umidade excessiva, odor de ranço ou alterações anormais na coloração e na textura dos grãos.

- **Controle de aceitabilidade:** acompanhamento da aceitação da ração pelos animais, devendo o fiscal comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato e à contratada caso seja constatada recusa sistemática do alimento ou ocorrência de distúrbios digestivos coletivos após a introdução de novo lote.
- **Validação de laudos e registros:** verificação periódica da regularidade do registro do produto e do estabelecimento fabricante junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), podendo ser solicitada a apresentação de laudos laboratoriais ou documentos técnicos complementares para comprovação da qualidade do lote fornecido.
- **Fiscalização do transporte:** avaliação das condições do veículo transportador no momento da entrega, observando se o produto foi transportado em ambiente adequado, protegido contra calor excessivo, umidade, contaminação química ou outros fatores que possam comprometer a qualidade do alimento.
- **Aferição de pesagem:** realização de verificação por amostragem do peso dos sacos, com a finalidade de confirmar se o peso líquido efetivo corresponde ao declarado na embalagem e na nota fiscal.
- **Relatório de conformidade:** elaboração de relatórios técnicos de fiscalização, registrando as condições do produto recebido e eventuais inconformidades, os quais poderão subsidiar o Gestor do Contrato na adoção de medidas administrativas ou aplicação de sanções, quando cabível.

Cargo/Setor: Médico Veterinário Jarriê Michel Braatz da Silva

6.3. Rotina de Acompanhamento e Fiscalização

- **Monitoramento por entrega:** verificação das condições de fornecimento a cada Ordem de Fornecimento emitida, com atenção especial ao cumprimento dos prazos de entrega, à quantidade fornecida e à integridade das embalagens e volumes entregues.
- **Aferição de satisfação:** realização de consulta periódica aos responsáveis pelos locais de consumo, incluindo entidades parceiras e organizações de proteção animal, a fim de avaliar a aceitabilidade da ração fornecida e eventuais reflexos na condição nutricional e no estado de saúde dos animais atendidos.
- **Auditoria por amostragem:** realização de verificações por amostragem, inclusive vistorias eventuais no momento do descarregamento, para conferência das condições de higiene no transporte, integridade das embalagens e pesagem aleatória dos sacos, quando necessário.
- **Controle de certidões:** verificação periódica da manutenção das condições de habilitação da contratada, incluindo a validade das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, previamente à liquidação de cada fatura.
- **Registro de ocorrências:** manutenção de registro formal das ocorrências relacionadas à execução do contrato, em livro próprio ou sistema eletrônico de gestão, contendo intercorrências, comunicações, notificações e determinações expedidas à contratada, garantindo a rastreabilidade das ações de fiscalização e suporte para eventual aplicação de sanções ou avaliações futuras.

6.4. Registro das Atividades de Fiscalização

- **Anotações em registro próprio:** todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto deverão ser registradas em documento próprio, físico ou em sistema eletrônico de gestão, contendo data, local, identificação do responsável e descrição detalhada do fato observado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- **Relatórios de acompanhamento:** o Fiscal do Contrato deverá elaborar relatórios periódicos de fiscalização, consolidando as entregas realizadas, o cumprimento dos prazos contratuais e a avaliação da qualidade técnica da ração recebida.
- **Formalização de ocorrências:** quaisquer inconformidades identificadas, tais como atraso na entrega, embalagens avariadas ou fornecimento em desacordo com as especificações, deverão ser formalmente comunicadas à contratada, por meio de e-mail institucional ou notificação oficial, com a indicação de prazo para apresentação de justificativa ou adoção de medidas corretivas.
- **Atesto das notas fiscais:** o registro do recebimento definitivo será formalizado por meio do atesto na Nota Fiscal Eletrônica ou em termo de recebimento definitivo, constituindo documento essencial para a instrução do processo de liquidação e pagamento da despesa.
- **Arquivo de certidões:** deverá ser mantido arquivo físico ou digital contendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada consultadas em cada fase de pagamento, comprovando a manutenção das condições de habilitação durante a execução contratual.
- **Registro de reuniões:** as reuniões realizadas entre a Administração e o preposto da **contratada** para alinhamento operacional ou resolução de ocorrências deverão ser registradas por meio de atas ou memorandos, assegurando a rastreabilidade das decisões e orientações emitidas.
- **Histórico de penalidades:** eventuais advertências, multas ou outras sanções administrativas aplicadas deverão ser devidamente registradas no processo de acompanhamento contratual, compondo o histórico de desempenho da contratada, que poderá subsidiar futuras contratações ou avaliações administrativas.

6.5. Comunicação de Irregularidades e Providências

Identificada qualquer irregularidade na execução do objeto, a Administração deverá notificar formalmente a contratada, por escrito, descrevendo de forma detalhada a falha constatada, tais como atraso na entrega, vício de qualidade do produto ou descumprimento de cláusulas contratuais.

A contratada deverá apresentar justificativa ou adotar as medidas necessárias para sanar a irregularidade no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e eventual aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

Nos casos que representem risco imediato à saúde animal ou à continuidade do fornecimento, como o fornecimento de ração imprópria para consumo, a substituição do produto deverá ocorrer de forma imediata, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis em razão da falha verificada na entrega original.

6.6. Designação dos Responsáveis

A designação do Gestor da Contratação e dos Fiscais do Contrato será formalizada por ato próprio da autoridade competente, com a indicação nominal dos servidores responsáveis e a descrição de suas atribuições, devendo ocorrer antes do início da execução contratual ou, no mínimo, antes da emissão da primeira Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

7. Critérios de Medição e Pagamento:

7.1. Medição

A medição será realizada após cada entrega efetivamente realizada, mediante a conferência quantitativa (contagem de sacos e verificação do peso líquido) e qualitativa (integridade das embalagens e conformidade técnica do produto) do material fornecido.

O Fiscal do Contrato registrará o quantitativo aceito em relatório de fiscalização ou termo de recebimento, documento que servirá de base para a emissão da Nota Fiscal pela contratada.

Somente serão considerados para fins de medição os produtos que obtiverem o aceite definitivo pela Administração, sendo glosados (desconsiderados ou descontados) os itens entregues em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

A medição observará, no que couber, as seguintes etapas:

7.1.1 Recebimento Provisório

O objeto será recebido provisoriamente no ato da entrega, pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante recibo na via da Nota Fiscal, Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou Guia de Remessa.

Nesse momento será realizada conferência de caráter preliminar, compreendendo a verificação quantitativa dos volumes entregues e a análise da integridade externa das embalagens, observando a ausência de furos, rasgos, sinais de umidade ou violação.

O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, ficando condicionado à posterior verificação da conformidade das especificações técnicas e da qualidade do produto, conforme os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

7.1.2 Verificação de Conformidade

A verificação de conformidade será realizada no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório, consistindo na análise detalhada das especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

Durante essa etapa serão avaliados, entre outros aspectos:

- marca e fabricante do produto fornecido, verificando se correspondem ao item adjudicado;
- composição nutricional mínima, conforme os níveis de garantia exigidos;
- integridade do lacre e das embalagens;
- existência de registro ou regularidade do produto junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- prazo de validade do produto, que não deverá ser inferior a 6 (seis) meses na data da entrega.

Caso seja constatada qualquer divergência em relação às especificações estabelecidas ou indícios de qualidade inferior ao produto ofertado na proposta, o material será rejeitado pela Administração, devendo a contratada providenciar a substituição do lote no prazo estabelecido, sem qualquer ônus adicional para o Município.

7.1.3 Regularização de Pendências

Eventuais irregularidades ou divergências verificadas na entrega deverão ser sanadas pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação oficial expedida pela Administração.

A regularização inclui a substituição de lotes rejeitados por produtos que atendam integralmente às especificações técnicas deste Termo de Referência, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

O descumprimento deste prazo ou a persistência na entrega de produtos em desacordo com as especificações sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas neste Termo de

Referência e na legislação aplicável, sem prejuízo da adoção de medidas complementares que garantam a continuidade do fornecimento e a proteção do interesse público.

7.1.4. Recebimento Definitivo

O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório, condicionado à aprovação da Verificação de Conformidade e à regularização de eventuais pendências.

Este ato será formalizado por meio do Termo de Recebimento Definitivo ou, alternativamente, mediante atesto no verso da Nota Fiscal Eletrônica, emitido pelo Fiscal do Contrato, declarando que o produto entregue atende integralmente às especificações técnicas e demais exigências previstas no Termo de Referência e no edital.

7.1.5. Registro Formal da Medição

- **Formalização do evento:** a medição será realizada após cada entrega solicitada por meio de Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, vinculada à Ata de Registro de Preços vigente.
- **Relatório de entrega:** o registro consistirá no detalhamento das quantidades de ração (kg/sacos) efetivamente entregues, especificando marca, lote e validade de cada item destinado a cães e gatos.
- **Documentação comprobatória:** cada registro deverá ser instruído com:
 - Nota Fiscal correspondente ao quantitativo entregue; o Comprovante de entrega assinado pelo recebedor;
 - Termo de Recebimento Definitivo ou atesto na própria Nota Fiscal, conforme aplicável.
- **Controle de saldo:** cada medição formalizada deverá ser deduzida do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços, garantindo controle rigoroso dos quantitativos totais licitados e evitando extrapolação de limites previstos no instrumento convocatório.
- **Aprovação:** a medição somente será considerada válida após validação do Fiscal do Contrato, que atestará a conformidade dos produtos com as exigências nutricionais e físicas estabelecidas no Termo de Referência.

7.2. Pagamento

- **Prazo para pagamento:** o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do Recebimento Definitivo do objeto e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.
- **Condição de liquidação:** a liquidação da despesa será realizada por meio de ordem bancária, mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada.
- **Documentação obrigatória:** a Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada das comprovações de regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

- Seguridade Social (INSS);
- Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).
- Deduções e glosas: a Administração reserva-se o direito de reter o pagamento ou aplicar glosas proporcionais em casos de multas não pagas ou entregas em desacordo com as especificações do Termo de Referência, tais como sacos furados ou produtos com validade vencida.

- Nota Fiscal Eletrônica: o documento fiscal deverá discriminar detalhadamente os itens entregues (ração para cães/gatos adultos), incluindo marca, peso unitário, quantidade e valor total, de acordo com os preços registrados na Ata de Registro de Preços.
- Encargos financeiros: eventuais atrasos de pagamento decorrentes de culpa exclusiva da Administração poderão ser atualizados financeiramente, desde que a Contratada não tenha dado causa ao atraso, seja por falta de documentação ou erro na emissão da Nota Fiscal.

7.3. Disposições Complementares

Eventuais omissões ou dúvidas surgidas na execução deste Termo de Referência serão decididas pela Administração, com fundamento na legislação vigente e nos princípios do Direito Administrativo.

A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fica estabelecido que a existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição do objeto, sem que caiba recurso ou indenização à detentora da Ata, respeitada a preferência desta em igualdade de condições.

A Administração poderá recusar o pagamento, total ou parcial, quando o objeto for entregue ou executado em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade ou demais condições previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da exigência de regularização imediata pela Contratada.

8. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor:

A seleção do fornecedor será realizada por meio de Pregão Eletrônico, para fins de Registro de Preços, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item ou grupo de itens.

O fornecedor deverá demonstrar plena capacidade técnica para o fornecimento das rações, atendendo rigorosamente às especificações nutricionais, organolépticas e sanitárias estabelecidas neste Termo de Referência.

A fase de lances será seguida pela verificação da conformidade da proposta e da documentação de habilitação. A Administração poderá, a seu critério, exigir a apresentação de amostras ou laudos técnicos, com a finalidade de comprovar a qualidade do produto ofertado, antes da homologação do certame.

8.1. Modalidade e Sistema da Contratação

A contratação será processada por Pregão Eletrônico, adotando-se, conforme o caso concreto, uma das seguintes sistemáticas:

() Pregão Eletrônico – contratação tradicional

(X) Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP), com formalização de Ata de Registro de Preços (ARP)

8.2. Critério de Julgamento

O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas todas as exigências de qualidade e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

- **Fase de lances:** o julgamento será realizado por meio de sessão pública eletrônica, considerando o menor valor unitário ofertado para cada tipo de ração (cães e gatos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- **Conformidade técnica:** a proposta classificada em primeiro lugar deverá atender integralmente a todos os requisitos nutricionais mínimos exigidos (proteína bruta, extrato etéreo, fibras, entre outros), sob pena de desclassificação automática.
- **Amostras e laudos:** a Administração poderá, a seu critério, exigir da licitante classificada em primeiro lugar a apresentação de amostra (embalagem original lacrada) ou laudo técnico laboratorial, com a finalidade de comprovar a veracidade das informações nutricionais e a aceitabilidade do produto pelos animais.
- **Registro no MAPA:** será requisito de aceitabilidade da proposta a comprovação de que o produto e o fabricante possuem registro regular junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).
- **Critérios de desempate:** em caso de empate, serão aplicados os critérios previstos na Lei nº 14.133/2021 ou na legislação específica vigente aplicável ao órgão, garantindo tratamento isotônico e transparente entre os licitantes.

8.3. Modo de Disputa

- O procedimento licitatório adotará o Modo de Disputa Aberto, conforme previsto no art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a apresentação de lances sucessivos e decrescentes de preço ou de descontos cumulativos, conforme o edital.
- A etapa de lances ocorrerá em sessão pública eletrônica, garantindo a máxima transparência e competitividade, com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa para a aquisição das rações destinadas à ONG SOS Animais.
O intervalo mínimo de diferença entre os lances será definido no edital, devendo ser rigorosamente observado pelos participantes durante toda a fase de disputa competitiva.

8.4. Critérios para Seleção da Proposta Vencedora

A proposta vencedora será selecionada com base no critério de Menor Preço por Item, desde que atendidas todas as exigências de habilitação e as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência, observando-se os seguintes parâmetros:

- **Conformidade técnica estrita:** a proposta deve contemplar rações que atendam aos níveis nutricionais mínimos exigidos (Proteína Bruta, Extrato Etéreo, Matéria Fibrosa e Matéria Mineral) para cães e gatos adultos, conforme definido no Termo de Referência.
- Procedência e registro: será critério obrigatório que o produto ofertado possua registro ativo junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), assegurando a segurança alimentar dos animais.
- **Aceitabilidade de preços:** o valor ofertado deve ser compatível com os preços de mercado apurados na pesquisa de preços que instrui este processo. Propostas com preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis serão desclassificadas.
- **Qualidade da embalagem:** somente serão selecionadas propostas que garantam o fornecimento em embalagens originais de fábrica, resistentes e com rotulagem conforme as normas de fiscalização vigentes.
- **Análise de amostras (quando aplicável):** caso solicitado pelo pregoeiro, a confirmação da proposta vencedora ficará condicionada à aprovação de amostra ou ficha técnica detalhada, incluindo avaliação da granulometria, odor e integridade do grão da ração.

8.5. Exigências Relativas à Proposta

A proposta comercial deverá ser enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, contendo obrigatoriamente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- **Especificação detalhada:** descrição clara do produto ofertado, indicando marca, fabricante e peso da embalagem, em estrita conformidade com as exigências nutricionais previstas neste Termo de Referência.
- **Níveis de garantia:** apresentação da ficha técnica ou composição básica do produto, comprovando os percentuais mínimos de proteína bruta, extrato etéreo (gordura) e demais minerais exigidos para cães e gatos adultos.
- **Validade da proposta:** o prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação no sistema eletrônico.
- **Preços unitário e total:** indicação do preço unitário por quilo ou por saca e do valor total do item, expressos em moeda corrente nacional (Real – R\$).
- **Custos incidentes:** todos os custos diretos e indiretos devem estar incluídos no preço ofertado, tais como: tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, frete, carga/descarga e quaisquer despesas necessárias para entrega no local indicado. O preço ofertado deverá ser mantido por toda a vigência do contrato (12 meses), sem direito a reequilíbrio ou reajuste, salvo disposição legal expressa.
- **Registro no MAPA:** indicação do número de registro do produto e do estabelecimento fabricante junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), comprovando a regularidade sanitária do item ofertado.

8.6. Regras Específicas Conforme o Sistema Adotado

Pregão Eletrônico com SRP/ARP:

A seleção do fornecedor terá por finalidade o registro formal de preços e condições para futuras e eventuais contratações, observados os quantitativos estimados e a possibilidade de contratações parceladas durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Fica esclarecido que a existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à aquisição integral dos quantitativos registrados, sendo facultada a utilização parcial ou eventual conforme as necessidades do órgão.

8.7. Observações Complementares

A modelagem adotada deverá assegurar ampla competitividade, isonomia entre os licitantes, julgamento objetivo e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo vedadas exigências desnecessárias ou desproporcionais que possam restringir indevidamente a participação no certame.

Quando houver justificativa técnica, poderão ser previstos no edital critérios complementares, tais como análise de amostra, prova de conceito, catálogo, ficha técnica, laudo, certificação, documentação de suporte ou outros meios de verificação da compatibilidade da proposta com o objeto, desde que sejam pertinentes, proporcionais e previamente definidos, garantindo transparência e equidade no julgamento.

9. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi elaborada pela Administração com base em pesquisa de preços, utilizando metodologia compatível com a natureza do objeto, com o objetivo de identificar valores de mercado e subsidiar a definição do orçamento estimado da contratação.

A apuração dos preços deverá considerar, sempre que possível e pertinente ao objeto, fontes idôneas, tais como:

- contratações similares realizadas pela Administração Pública;
- atas, contratos, bancos de preços, painéis públicos ou sistemas oficiais de consulta;

- propostas obtidas junto a fornecedores do ramo;
preços praticados no mercado privado;
- outras referências válidas e tecnicamente justificáveis.

A estimativa deverá estar acompanhada de memória de cálculo detalhada, incluindo a metodologia utilizada, fontes consultadas, data da pesquisa e a justificativa para eventual descarte de valores inexequíveis, excessivamente elevados ou discrepantes, garantindo transparência, rastreabilidade e aderência aos princípios de economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

9.1. Valor Estimado

O valor estimado da contratação corresponde ao montante máximo apurado para fins de planejamento e julgamento, conforme abaixo:

Valor total estimado (Ração para cães): R\$ 34.816,80

Valor total estimado (Ração para gatos): R\$ 14.586,00

9.2. Compatibilidade com o Mercado

Os preços registrados deverão ser compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme apurado na pesquisa de preços que instrui este processo administrativo.

A Administração realizará monitoramento contínuo desses valores durante a vigência da Ata de Registro de Preços, podendo convocar a Contratada para renegociar os preços caso estes se tornem superiores aos de mercado.

Não serão aceitas propostas com valores manifestamente superiores à média de mercado ou excessivamente baixos, que possam comprometer a qualidade nutricional dos produtos ou a execução adequada do fornecimento das rações.

9.3. Regras Específicas Conforme o Sistema Adotado

Pregão Eletrônico com SRP/ARP:

O valor estimado corresponderá ao somatório dos quantitativos estimados para fins de registro de preços, servindo exclusivamente como referência para a licitação, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.4. Planilha de Referência

Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada	Valor Unitário estimado	Valor Total estimado
01	Ração para cães adultos	Saco 20 Kg	240	R\$ 145,07	R\$ 34.816,80
02	Ração para gatos adultos	Saco 20 Kg	60	R\$ 243,10	R\$ 14.586,00

Total Geral Estimado: R\$ 49.402,80

10. Adequação Orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento vigente para o exercício atual, na seguinte classificação: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

Por tratar-se de Sistema de Registro de Preços (SRP/ARP), a existência de dotação orçamentária prévia será exigida apenas no momento da contratação efetiva, mediante emissão da Nota de Empenho.

O setor financeiro deverá atestar a disponibilidade de recursos antes de cada solicitação de fornecimento, em estrita observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), garantindo a legalidade, economicidade e sustentabilidade das despesas públicas.

10.1. Indicação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados em dotação orçamentária própria, a ser indicada pela unidade competente, conforme abaixo:

- **Órgão/Unidade:** Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
- **Projeto/Atividade:** Manutenção das Atividades de Proteção e Bem-Estar Animal e Apoio a Entidades Conveniadas.
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
- **Fonte de Recursos:** 000 – Recursos Livres
- **Desdobramento, quando aplicável:** 3.3.90.30.06 – Alimentos para Animais.

10.2. Regras conforme o Sistema Adotado

A presente contratação será regida pelas regras do Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com a legislação vigente.

Sob este regime, a Administração não se obriga à aquisição integral dos quantitativos estimados, ficando a execução condicionada às necessidades reais e à disponibilidade orçamentária do órgão. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços terão vigência de 12 (doze) meses, período durante o qual o fornecedor deverá manter inalteradas as condições de proposta e habilitação.

As aquisições serão formalizadas mediante a emissão de Ordens de Fornecimento ou Notas de Empenho, permitindo a gestão eficiente do estoque de rações e o atendimento fracionado conforme a demanda das unidades administrativas ou abrigos sob responsabilidade da Administração.

10.3. Compatibilidade com o Planejamento

A presente aquisição encontra-se totalmente compatível com o Plano de Contratações Anual (PCA) deste órgão, estando alinhada ao planejamento estratégico para o exercício vigente.

A contratação tem por objetivo assegurar a continuidade do atendimento às necessidades de manutenção e bem-estar dos animais sob responsabilidade da Administração, evitando rupturas no fornecimento de insumos essenciais.

O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) evidencia a eficiência no planejamento, permitindo aquisições graduais conforme a demanda real, otimizando o controle de estoque e garantindo a aplicação racional e responsável dos recursos públicos.

10.4. Observações Complementares

A efetiva execução da despesa decorrente desta Ata de Registro de Preços ficará estritamente condicionada à:

- existência de disponibilidade orçamentária no momento da contratação;
- prévia emissão da respectiva Nota de Empenho;
- atendimento de todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Nos casos em que o fornecimento envolver recursos vinculados, tais como convênios, transferências voluntárias ou programas específicos, o processo deverá ser instruído com:

- identificação detalhada da origem dos recursos;
- comprovação do estrito cumprimento das condições pactuadas com os entes ou órgãos repassadores, garantindo a regularidade e legalidade da aplicação da verba.

11. Disposições Gerais

Este Termo de Referência estabelece as diretrizes técnicas e operacionais para a aquisição de ração animal, integrando a fase preparatória da contratação e vinculando a Administração e os licitantes ao cumprimento integral de suas cláusulas, em harmonia com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o respectivo Edital.

A interpretação e execução deste instrumento ocorrerão em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, à regulamentação municipal vigente e aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, planejamento, bem como, primordialmente, ao interesse público e ao bem-estar animal.

11.1. Coerência entre os Documentos da Fase Preparatória

- O presente Termo de Referência mantém estrita harmonia com o Documento de Formalização da Demanda (DFD) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP), refletindo fielmente a necessidade pública identificada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para o suporte nutricional aos animais da ONG SOS Animais.
- As especificações técnicas, quantitativos e exigências de habilitação aqui estabelecidos foram definidos com base nos levantamentos realizados no ETP, garantindo que a solução escolhida seja a mais vantajosa sob os aspectos da economicidade e da eficácia no atendimento à causa animal.
- Eventuais ajustes pontuais entre os documentos da fase preparatória têm por finalidade exclusivamente o refinamento técnico do objeto, mantendo-se a convergência de objetivos e a integridade do planejamento administrativo.

11.2. Aplicação conforme o Sistema Adotado

(X) Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP), com formalização de Ata de Registro de Preços (ARP)

A presente contratação será formalizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a eficiência administrativa e a economia de escala, dada a natureza de consumo frequente e fracionado do objeto.

11.3. Casos Omissos

Eventuais situações não previstas neste Termo de Referência ou dúvidas surgidas durante a execução do objeto serão analisadas e resolvidas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em conjunto com a unidade de licitações, com base na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios que regem a Administração Pública.

Quando as omissões envolverem aspectos técnicos específicos relacionados à qualidade ou composição nutricional da ração, a decisão final caberá ao responsável técnico da Secretaria ou ao Fiscal do Contrato, mediante parecer fundamentado, garantindo a segurança jurídica e a manutenção dos padrões de qualidade exigidos.

11.4. Vinculação ao Instrumento Convocatório

O presente Termo de Referência encontra-se estritamente vinculado ao Edital e seus anexos, constituindo parte integrante e indissociável do instrumento convocatório para todos os fins de direito.

A execução da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos dela decorrentes deverá observar obrigatoriamente as condições, prazos, especificações nutricionais e demais obrigações estabelecidas neste Termo, prevalecendo o disposto no instrumento convocatório em caso de qualquer divergência interpretativa.

A vinculação mútua entre a proposta da licitante vencedora e as exigências deste Termo de Referência assegura a integridade do processo seletivo e a qualidade técnica do alimento a ser fornecido à ONG SOS Animais.

11.5. Aprovação

- O presente Termo de Referência foi elaborado em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, estando aptamente fundamentado para deflagrar o processo licitatório.
- A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente aprova as especificações técnicas, quantitativos e condições de fornecimento aqui estabelecidos, atestando que os mesmos refletem a real necessidade de suporte nutricional para a ONG SOS Animais.
- Submeta-se o presente instrumento à autoridade superior para ratificação, e, posteriormente, ao Departamento de Licitações e Contratos para adoção das providências administrativas de estilo.

12. Responsáveis pela Elaboração e Aprovação

Elaborado por:

Nome: Gabriel Henrique Lemos

Cargo/Função: Diretor da Secretaria da Agricultura

Setor: Secretaria da Agricultura e meio Ambiente

Assinatura: _____

Aprovado por:

Nome: Katia Cristina Dalpiva Hartmann

Cargo/Função: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Assinatura: _____

São João – PR, 05 de maio de 2026.

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os atestados de capacidade técnica e os documentos que, pela própria natureza, forem emitidos exclusivamente em nome da matriz.

Será aceita a apresentação de CNPJ distintos, matriz/filial, para CND e CRF/FGTS, desde que comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

A licitante convocada para apresentação dos documentos de habilitação deverá encaminhá-los no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação oficial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no Edital.

1.1. REGISTRO CADASTRAL

A licitante deverá estar registrada no Sistema de Registro Cadastral Unificado do PNCP, podendo apresentar:

- a) Certificado/Comprovante de Registro Cadastral emitido no PNCP, acompanhado dos documentos abaixo, salvo os que já constarem válidos no certificado; ou
- b) Na ausência do certificado, apresentar diretamente os documentos de habilitação exigidos neste Anexo.

1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Registro comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com alterações e consolidações, quando houver;
- Documentos de eleição de administradores, no caso de sociedade por ações, quando aplicável;
- Inscrição do ato constitutivo e prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades simples, quando aplicável;
- Decreto de autorização e ato de registro/autorização para funcionamento, no caso de empresa estrangeira, quando aplicável;
- Procuração do representante legal, se for o caso.

1.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- Prova de inscrição no CNPJ;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável e compatível com o ramo de atividade da licitante;
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, inclusive contribuições previdenciárias;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF/FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- Declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo do edital.

1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível, na forma da lei, devidamente apresentados e assinados;
- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- Para empresas constituídas há menos tempo, apresentação das demonstrações cabíveis, como balanço de abertura, quando aplicável;
- Índices contábeis, quando exigidos no edital, já calculados e assinados pelo contador e representante legal;
- Caso aplicável, comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo, se previsto no edital.

1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) fornecimento anterior de bens compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e complexidade pertinentes, especialmente relacionados ao fornecimento de **ração animal, alimentos para cães e gatos, produtos agropecuários, produtos pet, alimentos balanceados para animais ou bens similares compatíveis com o objeto licitado**.

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- identificação da entidade emitente, com razão social, CNPJ, endereço e responsável pela emissão;
- descrição do objeto fornecido;
- quantitativo fornecido, quando constar;
- local e período de fornecimento;
- declaração de que o fornecimento ocorreu de forma satisfatória.

1.5.3. Quando necessário para verificação de autenticidade e/ou compatibilidade técnica, a Administração poderá realizar diligências, podendo solicitar documentos complementares, tais como notas fiscais, contratos, autorizações de fornecimento, empenhos ou documentos equivalentes.

1.5.4. Quando previsto no Termo de Referência e/ou necessário para comprovação de conformidade, poderá ser exigida documentação complementar correlata ao objeto, inclusive documentos que demonstrem a qualidade, procedência, composição nutricional, categoria do produto, validade, lote, integridade da embalagem e adequação da ração ofertada.

1.5.5. Quando cabível, poderá ser exigida apresentação de catálogos, fichas técnicas, rótulos, laudos, certificados, registros, comprovantes e documentos equivalentes, inclusive comprovação de registro do produto e/ou fabricante no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, que demonstrem aderência às exigências do Termo de Referência.

1.5.6. Quando prevista no Termo de Referência, poderá ser exigida apresentação de amostra, a fim de verificar a conformidade do produto com as especificações mínimas exigidas pela Administração,

especialmente quanto à qualidade, composição, apresentação, embalagem, palatabilidade e demais requisitos técnicos.

1.5.7. A exigência de qualificação técnica tem por finalidade comprovar a aptidão da licitante para fornecimento do objeto, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

1.6.1. Declaração Unificada, conforme modelo do Edital, contemplando, no mínimo:

- inexistência de fato impeditivo;
- cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- ciência e aceitação das condições do edital e anexos;
- atendimento aos requisitos de habilitação e proposta;
- declaração de reserva de cargos, quando aplicável.

1.6.2. No caso de ME/EPP, observar o modelo do edital e, quando exigido, assinatura do representante legal e do responsável contábil, se previsto.

1.6.3. Quando aplicável ao objeto, apresentar declaração de atendimento às exigências técnicas, sanitárias, ambientais e demais condições pertinentes previstas no Termo de Referência.

1.7. COMPROVANTE DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

1.7.1. A licitante que pretender usufruir dos benefícios da LC nº 123/2006 deverá apresentar:

- Certidão Simplificada da Junta Comercial, ou equivalente, comprovando enquadramento como ME/EPP, dentro da validade; na ausência de validade expressa, emitida há no máximo 12 (doze) meses da data da sessão; e
- Declaração de enquadramento firmada pelo representante legal.

1.7.2. A fruição dos benefícios dependerá do efetivo enquadramento e do atendimento das demais exigências legais.

1.7.3. Havendo restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para regularização, nos termos da legislação aplicável.

1.8. REGRAS GERAIS

1.8.1. Todos os documentos deverão ser apresentados em nome da licitante, com CNPJ e dados compatíveis com o cadastro e a proposta.

1.8.2. Matriz apresenta documentos da matriz; filial apresenta documentos da filial, ressalvados os documentos emitidos exclusivamente em nome da matriz e os atestados, quando cabível.

1.8.3. Quando a execução ocorrer por filial, esta deverá estar identificada na proposta e nos documentos pertinentes.



1.8.4. A Administração poderá promover conferência e diligências para confirmação de autenticidade, validade e compatibilidade.

1.8.5. Documento ilegível, inconsistente, vencido ou incompatível poderá ensejar inabilitação, assegurada diligência quando cabível, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/20XX

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
 CNPJ/CPF: _____
 Inscrição Municipal: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____
 Estado: _____
 Telefone: _____ Fax: _____
 E-mail: _____
 Banco: _____
 Agência: _____
 Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ração extrusada de categoria Premium para cães e gatos adultos**, destinada ao suporte nutricional dos animais amparados pela **ONG SOS Animais**, por meio da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João/PR**, conforme especificações contidas no Termo de Referência — Anexo I do Edital.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

Item	Descrição do Produto	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Ração para cão adulto Premium, alimento completo e balanceado, feito com ingredientes de alta qualidade, rico em energia e proteínas de origem animal, fonte de ômega 3 e 6, mínimo de 18% de proteína, extrato etéreo mínimo de 7% ou 7 g/kg, com prazo de validade mínima de 12 meses, em saco/embalagem de 20 kg.		Saco 20 kg	240		
02	Ração para gato adulto Premium, alimento completo e balanceado, feito com ingredientes de alta qualidade, rico em energia e proteínas de origem animal, fonte de ômega 3 e 6, mínimo de 26% de proteína, extrato etéreo mínimo de 8% ou 8 g/kg, com prazo de validade mínima de 12 meses, em saco/embalagem de 20 kg.		Saco 20 kg	60		

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de _____ (_____) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE E FORNECIMENTO DO OBJETO

4.1. A licitante será responsável pela qualidade, regularidade e conformidade técnica dos produtos ofertados, bem como pelo fornecimento em perfeitas condições de consumo, observadas as exigências do Edital e do Termo de Referência.

4.2. O fornecimento ocorrerá sob demanda, de forma parcelada, mediante requisição da Administração, no local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, observados os prazos, condições e exigências previstas no Termo de Referência.

4.3. Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, íntegras, limpas, sem furos, rasgos, sinais de umidade, violação ou contaminação, contendo identificação do fabricante, composição, lote, validade e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

4.4. Em caso de fornecimento em desconformidade, produto vencido, com validade inferior à exigida, embalagem avariada, alteração de odor, cor, textura, presença de umidade, contaminação, pragas, fungos, baixa qualidade nutricional ou descumprimento das especificações, a contratada deverá promover a substituição do produto, sem ônus para a Administração, nos prazos definidos no Edital e no Termo de Referência.

4.5. A contratada se responsabiliza pelo transporte, entrega, carga, descarga e demais providências necessárias ao perfeito fornecimento do objeto, conforme exigências previstas no Termo de Referência.

4.6. Os produtos ofertados deverão atender às normas aplicáveis ao setor, inclusive quanto ao registro do produto e/ou fabricante no Ministério da Agricultura e Pecuária — MAPA, quando exigido no Edital ou no Termo de Referência.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. A licitante declara que sua proposta atende integralmente às exigências do Edital e do Termo de Referência — Anexo I, inclusive quanto às especificações técnicas, nutricionais, sanitárias, ambientais e operacionais aplicáveis aos produtos ofertados.

5.2. A licitante declara, sob as penas da lei, que os preços ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto, incluindo aquisição, produção, armazenamento, transporte, carga, descarga, tributos, encargos, fretes, despesas operacionais e demais custos incidentes, nos termos do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. A licitante declara que apresentará, quando exigido no Edital ou no Termo de Referência, documentação técnica pertinente, incluindo catálogo, ficha técnica, rótulo, amostra, laudos, certificados, registro no MAPA, comprovantes e documentos equivalentes, para verificação da conformidade dos produtos ofertados.

5.4. A licitante declara que dispõe de capacidade operacional para atendimento da demanda da Administração e para fornecimento dos produtos dentro dos prazos previstos no Termo de Referência.

5.5. A licitante declara ciência de que o fornecimento será realizado sob demanda, sem garantia de consumo mínimo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante. O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À

Prefeitura Municipal de São João

Av. XV de Novembro, 160 – Centro

CEP 85.570-000 – São João – PR

Senhor(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a),

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

☐ **(Marcar se aplicável)** Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, enquadra-se como Microempresa — ME, Empresa de Pequeno Porte — EPP ou Cooperativa equiparada, não havendo fatos supervenientes que alterem essa condição.

1. CONFORMIDADE LEGAL E HABILITAÇÃO

1.1. Está ciente e concorda com todas as condições do edital e seus anexos, bem como com a legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. Atende às exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme exigido no instrumento convocatório.

1.3. Não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar eventual fato superveniente impeditivo.

2. REGULARIDADE TRABALHISTA E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

2.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

2.2. Cumpre a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, assumindo responsabilidade por encargos decorrentes da execução da Ata de Registro de Preços, contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

3. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

3.1. Declara a autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no processo.

3.2. Compromete-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e durante a execução dos contratos, notas de empenho, ordens de fornecimento, autorizações de fornecimento ou instrumentos equivalentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea e que não se encontra suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, ressalvadas as hipóteses legalmente informadas e comprovadas.

4. PROPOSTA, COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E CONFORMIDADE DO OBJETO

4.1. A proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive aquisição, produção, armazenamento, transporte, carga, descarga, tributos, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas incidentes.

4.2. Declara que os produtos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e condições de fornecimento previstas no Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

4.3. Declara que a ração ofertada atende às especificações mínimas exigidas, especialmente quanto à categoria Premium, composição nutricional, níveis mínimos de proteína e extrato etéreo, embalagem, validade, lote, rotulagem, procedência, integridade do produto e adequação ao consumo animal.

4.4. Declara que apresentará, quando exigido pela Administração, catálogo, ficha técnica, rótulo, laudo, certificado, registro no MAPA, amostra ou documentação equivalente para comprovação da conformidade do produto ofertado.

4.5. Compromete-se a substituir, às suas expensas, quaisquer produtos fornecidos em desconformidade com o instrumento convocatório, com o Termo de Referência, com a Ata de Registro de Preços e com a proposta apresentada, nos prazos fixados pela Administração.

5. RESERVA DE CARGOS E ACESSIBILIDADE — QUANDO APLICÁVEL

5.1. Declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, especialmente quanto à contratação de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

5.2. Declara observar as normas relativas à acessibilidade e demais obrigações legais correlatas, quando exigíveis em razão do objeto.

6. RELAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.1. Em atendimento às orientações dos órgãos de controle, declara que seus sócios, dirigentes, administradores e representantes legais:

- não possuem impedimento legal para contratar com o Município de São João/PR;
- não participam do presente certame em situação que caracterize conflito de interesses;
- não mantêm vínculo que configure vedação legal com agentes públicos diretamente envolvidos no processo, nos termos da legislação aplicável.

6.2. Declara ciência de que a constatação de declaração falsa sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

7. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1. Declara que observa a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a Lei Federal nº 13.709/2018 — LGPD, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias ao tratamento adequado dos dados eventualmente envolvidos na execução contratual.

8. DADOS PARA ASSINATURA DA ATA/CONTRATO

8.1. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, indica o seguinte representante legal:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **RG nº:** [NÚMERO]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [SÓCIO-ADMINISTRADOR/PROCURADOR/DIRETOR]
- **E-mail:** [ENDEREÇO ELETRÔNICO]
- **Telefone:** ([DDD]) [NÚMERO]

8.2. Declara que o representante acima possui poderes para assinar e assumir obrigações em nome da empresa, anexando, quando necessário, os documentos comprobatórios de representação.

9. DADOS PARA CONTATO E COMUNICAÇÕES

9.1. Para fins de comunicações oficiais relativas ao processo licitatório e à contratação, indica:

- E-mail: [ENDEREÇO ELETRÔNICO]
- Telefone: ([DDD]) [NÚMERO]

9.2. Compromete-se a manter os dados atualizados e a comunicar formalmente à Administração qualquer alteração.

10. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DO FORNECIMENTO — QUANDO APLICÁVEL

10.1. Indica como responsável pelo acompanhamento do fornecimento, quando exigido pela natureza do objeto:

- Nome: [NOME DO RESPONSÁVEL]
- CPF nº: [NÚMERO]
- Cargo/Função: [FUNÇÃO]
- Telefone/E-mail: [CONTATO]

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

[CIDADE], ____ de _____ de 20____.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO/FUNÇÃO]

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

CNPJ nº [NÚMERO]

ANEXO VI - LOCAIS DE ENTREGA / FORNECIMENTO DO OBJETO

ÓRGÃO/SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João/PR

Local de Entrega/Fornecimento: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ou outro local a ser indicado pela Secretaria solicitante em cada Requisição/Autorização de Fornecimento.

Endereço: Município de São João – Paraná, no endereço específico informado em cada solicitação.

Responsável pelo Acompanhamento/Recebimento: Katia Cristina Dalpiva Hartmann / Fiscal responsável.

Telefone: (46) 99105-9219

E-mail: agricultura@saojoao.pr.gov.br

Horário para entrega preferencial: Das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, em dias úteis, salvo disposição diversa constante na requisição emitida pela Administração.

Prazo de atendimento: Em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, admitida prorrogação quando devidamente justificada e aceita pela Administração.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE ENTREGA / FORNECIMENTO

- O fornecimento será realizado sob demanda, de forma parcelada, conforme necessidade da Administração e de acordo com as Requisições, Autorizações de Fornecimento, Notas de Empenho ou instrumentos equivalentes emitidos pela Secretaria solicitante.
- O objeto deverá ser entregue em conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, especialmente quanto à categoria Premium, composição nutricional mínima, validade, lote, integridade da embalagem, registro no MAPA, qualidade, procedência e adequação ao consumo animal.
- Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais de fábrica, lacradas, íntegras, limpas, sem furos, rasgos, sinais de umidade, violação, contaminação, presença de pragas, fungos, mofo ou qualquer alteração que comprometa a qualidade ou segurança do alimento.
- A contratada será responsável pelo fornecimento, transporte, carga, descarga, armazenamento adequado durante o transporte e demais providências necessárias à perfeita entrega do objeto.
- As despesas com transporte, mobilização, entrega, carga, descarga e demais custos operacionais correrão integralmente por conta da contratada.
- Quando exigido no Edital e no Termo de Referência, a contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica, rótulo, laudo, certificado, registro no MAPA, amostra ou documentação complementar pertinente à verificação da conformidade do produto ofertado.
- O recebimento do objeto ficará condicionado à verificação da conformidade com as especificações previstas no Edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora.

OBSERVAÇÕES

1. O fornecimento ocorrerá no local indicado na requisição emitida pela Administração, observadas as condições previstas no Termo de Referência — Anexo I — e no Edital.
2. O responsável designado realizará a conferência do objeto quanto à conformidade técnica, qualidade, quantitativo, validade, lote, integridade da embalagem, composição nutricional, registro no MAPA e demais exigências aplicáveis, podendo solicitar substituição quando constatada desconformidade.
3. Se o objeto não estiver de acordo com o Edital e o Termo de Referência, apresentar baixa qualidade, validade inferior à exigida, embalagem violada ou avariada, umidade, mofo, odor anormal, contaminação, presença de pragas, fungos ou qualquer outra

desconformidade, será considerado não conforme, obrigando-se a contratada a substituí-lo no prazo estabelecido, sem ônus para o Município.

- Decorrido o prazo para substituição sem atendimento pela contratada, a Secretaria solicitante comunicará o fato ao gestor e ao fiscal do contrato para adoção das providências cabíveis e eventual aplicação de penalidades, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Edital.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

ANEXO VII – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº: 210/2026

Pregão Eletrônico nº: 90.034/2026

Data de Publicação: _____

Validade da Ata: _____

O **Município de São João**, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023, além das demais normas aplicáveis, **REGISTRA** os preços obtidos no **Pregão Eletrônico nº 90.034/2026**, homologado por **Joni Zanella Ferreira**, Prefeito Municipal, para a futura e eventual aquisição de ração extrusada de categoria Premium para cães e gatos adultos, destinada ao suporte nutricional dos animais amparados pela ONG SOS Animais, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João/PR, conforme Termo de Referência e propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Esta Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de ração extrusada de categoria Premium para cães e gatos adultos, destinada ao suporte nutricional dos animais amparados pela ONG SOS Animais, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São João/PR, conforme especificações, quantitativos estimados e exigências contidas no Edital e no Termo de Referência.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão, podendo o Município promover contratações parciais, de acordo com sua necessidade, observada a legislação pertinente. Fica assegurado aos fornecedores registrados, quando cabível, o direito de preferência em igualdade de condições, na forma da lei e do edital.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, para todos os fins e efeitos, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90.034/2026, seus anexos e as propostas dos fornecedores registrados, independentemente de transcrição.

1.3. Participam deste Registro de Preços os seguintes órgãos/secretarias demandantes, sem prejuízo de outras unidades administrativas indicadas nas Ordens de Serviço, conforme o Termo de Referência:

a) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Registram-se os preços do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos: **ITEM 01:** Adjudicado para **[NOME DO LICITANTE, CNPJ E ENDEREÇO]**, representado por **[NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE]**, conforme quadro a seguir:

Item	Descrição do Produto	Marca	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
------	----------------------	-------	-------------------	---------------------	----------------------	----------------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

01	Ração para cão adulto Premium, alimento completo e balanceado, feito com ingredientes de alta qualidade, rico em energia e proteínas de origem animal, fonte de ômega 3 e 6, mínimo de 18% de proteína, extrato etéreo mínimo de 7% ou 7 g/kg, com prazo de validade mínima de 12 meses, em saco/embalagem de 20 kg.	_____	Saco 20 kg	240	_____	_____
----	--	-------	------------	-----	-------	-------

ITEM 02: Adjudicado para [NOME DO LICITANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Item	Descrição do Produto	Marca	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
02	Ração para gato adulto Premium, alimento completo e balanceado, feito com ingredientes de alta qualidade, rico em energia e proteínas de origem animal, fonte de ômega 3 e 6, mínimo de 26% de proteína, extrato etéreo mínimo de 8% ou 8 g/kg, com prazo de validade mínima de 12 meses, em saco/embalagem de 20 kg.	_____	Saco 20 kg	60	_____	_____

Parágrafo Primeiro. Os valores acima são unitários e correspondem aos preços registrados, observadas as condições do Edital e do Termo de Referência, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto, tais como aquisição, produção, armazenamento, transporte, carga, descarga, tributos, encargos, fretes e demais despesas incidentes.

Parágrafo Segundo. Os quantitativos indicados são estimativos, não gerando obrigação de aquisição integral pela Administração, sendo o fornecimento condicionado à emissão de requisição, autorização de fornecimento, nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, e o pagamento restrito aos quantitativos efetivamente entregues e atestados.

Parágrafo Terceiro. Os locais de entrega serão definidos nas requisições, autorizações de fornecimento, notas de empenho, ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes, conforme demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, nos termos do Termo de Referência e desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços terá vigência de **01 (um) ano**, contado da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados, a continuidade do interesse público, a manutenção das condições originalmente pactuadas e o atendimento dos

requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 3.118/2023 e no edital.

3.2. No ato de prorrogação, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente estimado, observadas as condições previstas no edital, a disponibilidade orçamentária, a justificativa da área demandante e o interesse da Administração.

3.3. O ato de prorrogação deverá indicar expressamente:

- a) o novo período de vigência da Ata;
- b) o quantitativo renovado, quando houver;
- c) a manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
- d) a manutenção das condições de habilitação e contratação da empresa registrada;
- e) a manutenção dos preços registrados, ressalvadas as hipóteses de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro legalmente previstas.

3.4. A vigência da Ata não se confunde com a vigência dos contratos, notas de empenho, ordens de fornecimento, autorizações de fornecimento ou instrumentos equivalentes dela decorrentes, os quais poderão estender-se pelo prazo necessário à conclusão dos fornecimentos iniciados enquanto a Ata estiver vigente, nos termos do art. 12 do Decreto Municipal nº 3.118/2023 e da legislação aplicável.

3.5. As aquisições decorrentes desta Ata deverão observar a necessidade efetiva da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo realizadas sob demanda, de forma parcelada, mediante emissão de requisição, autorização de fornecimento, nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, dentro do período de vigência da Ata.

3.6. A prorrogação somente será efetivada mediante manifestação formal da Administração e anuência da empresa registrada, não constituindo direito subjetivo do fornecedor.

3.7. Encerrada a vigência da Ata, fica vedada a emissão de novas requisições, autorizações de fornecimento, notas de empenho ou instrumentos equivalentes com fundamento nesta Ata, ressalvadas as obrigações já regularmente assumidas durante sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura desta Ata, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de **atender os pedidos realizados e cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas**, sujeitando-se às **penalidades cabíveis** pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas durante o prazo de vigência.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser **revistos (revisão extraordinária)**, a qualquer tempo, mediante solicitação do fornecedor ou da Administração, **quando ocorrer fato superveniente** devidamente comprovado que altere de forma relevante a relação entre os encargos do fornecedor e a retribuição da Administração, tais como **caso fortuito, força maior, fato do príncipe** ou outros eventos **imprevisíveis/inevitáveis** que impactem a execução nas condições originalmente pactuadas, observado o regime jurídico aplicável da **Lei Federal nº 14.133/2021** e as regras deste Edital/Ata.

5.1.1. A revisão extraordinária deverá ser instruída com **documentação idônea**, incluindo, no mínimo:

- a) exposição circunstanciada do fato gerador;
- b) **memória de cálculo** e demonstração analítica do impacto;
- c) documentos fiscais, notas, tabelas oficiais, séries históricas ou outros elementos que comprovem a variação de custos e sua correlação direta com o objeto;
- d) indicação do percentual/valor pretendido e da data a partir da qual se requer a recomposição.

5.2. A revisão e eventual alteração de preços registrados dependerão de **análise técnica** e de **autorização da Autoridade Competente**, devendo o ato correspondente ser formalizado no processo e **publicizado** na forma prevista na legislação e nos regulamentos municipais, com a atualização dos registros aplicáveis.

5.3. Independentemente da revisão extraordinária, os preços registrados poderão ser **reajustados (reajuste anual)**, após decorrido o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, mediante aplicação do índice **INPC/IBGE**, tendo como **termo inicial a data da apresentação da proposta**, e, para os reajustes subsequentes, o término do período anteriormente considerado, conforme disciplina da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital.

5.4. Os preços registrados são fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta. Após esse período, **independentemente de solicitação do fornecedor**, os valores serão reajustados automaticamente pela Administração, com base na variação acumulada do INPC/IBGE, observado o interregno mínimo legal e a disponibilidade do índice.

5.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, sofra alteração metodológica relevante ou, por qualquer motivo, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação vigente à época ou outro índice oficial que melhor reflita a inflação/custo do segmento, mediante justificativa técnica e autorização da Autoridade Competente, preservada a periodicidade anual.

5.6. O reajuste será formalizado por apostilamento, conforme previsto na legislação aplicável, com a devida juntada ao processo administrativo e atualização dos registros pertinentes.

5.7. Verificada, a qualquer tempo, a existência de preços de mercado mais vantajosos do que os registrados, a Administração poderá instaurar procedimento para negociação e/ou redução dos preços registrados, a fim de assegurar a vantajosidade do Registro de Preços, nos termos do Edital, desta Ata e da legislação aplicável.

5.8. A ausência de comprovação do fato gerador (no caso de revisão extraordinária) ou a não observância dos requisitos formais e legais poderá ensejar o indeferimento do pedido, sem prejuízo de nova solicitação devidamente instruída. Persistindo a inviabilidade de manutenção do preço registrado, poderão ser adotadas as medidas previstas no Edital e nesta Ata, inclusive quanto ao cancelamento do registro, quando cabível.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O **registro de preço do fornecedor será cancelado** nos seguintes casos:

- a) Liberação da obrigação;
- b) Descumprimento da ata, sem justificativa aceitável;

- c) Recusa em reduzir o preço registrado caso este se torne superior ao de mercado;
- d) Aplicação de sanção prevista no **inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**;
- e) Recusa em aceitar preços revisados pela Administração;
- f) Rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;
- g) Razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.2. No **cancelamento do preço registrado**, será garantido o **contraditório e a ampla defesa** no processo administrativo, com prazo de **5 (cinco) dias úteis para defesa**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata será cancelada nas seguintes hipóteses:

- a) Decurso do prazo de vigência;
- b) Cancelamento de todos os preços registrados;
- c) Ocorrência de fatos imprevisíveis que inviabilizem sua execução;
- d) Razões de interesse público devidamente justificadas.

7.2. O cancelamento da ata por iniciativa da Administração **garantirá o contraditório e ampla defesa aos fornecedores**.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das exigências do instrumento convocatório;
- b) Recusa em assinar a ata ou formalizar contrato;
- c) Rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;
- d) Inexecução total ou parcial do contrato;
- e) Prática de preços superiores aos de mercado;
- f) Razões de interesse público devidamente fundamentadas.

8.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do registro caso comprove **impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O fornecedor se obriga a:

- a) Assinar esta Ata e retirar a nota de empenho ou equivalente em até **05 dias úteis**;
- b) Arcar com as despesas e encargos decorrentes da execução da Ata;
- c) Manter as condições de habilitação;
- d) Manter atualizado seu cadastro no sistema municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado pelo Município de São João no prazo de **até 30 (trinta) dias** após a entrega e aceitação definitiva dos bens ou serviços, condicionado à apresentação da **Nota Fiscal/Fatura** contendo, de forma clara e detalhada, a discriminação do objeto entregue ou executado, bem como às devidas anotações de recebimento e atesto pelo Fiscal do Contrato ou setor competente.

10.1.1. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para os e-mails institucionais:

- ctbsaojoao@gmail.com
- contabilidade@saojoao.pr.gov.br

10.1.2. As Notas Fiscais deverão ser remetidas ao setor competente **imediatamente após sua emissão**, preferencialmente no mesmo dia, a fim de evitar atrasos nos procedimentos de conferência, liquidação e pagamento, observados os fluxos internos e prazos administrativos estabelecidos pela Administração.

10.2. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada das **Certidões Negativas ou Positivas com Efeitos de Negativa** relativas ao **INSS e FGTS**, dentro do prazo de validade, como condição para a liquidação e pagamento, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2.1. O Município poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares que comprovem a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da Contratada.

10.3. O Município de São João efetuará os **descontos legais obrigatórios**, relativos aos tributos incidentes sobre a operação, conforme legislação federal, estadual e municipal aplicável.

10.3.1. Em conformidade com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, será realizada a **retenção do Imposto de Renda (IRRF)** na fonte, quando devida, sobre pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

10.4. A Nota Fiscal deverá conter, obrigatoriamente:

- a) O **número da licitação** correspondente;
- b) O **número do contrato** e, quando aplicável, do termo aditivo;
- c) Indicação clara sobre a **opção pelo Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário;
- d) Descrição completa dos bens ou serviços fornecidos, conforme Edital/Contrato.

10.5. Para fins de organização e processamento financeiro, as Notas Fiscais deverão ser encaminhadas **até o dia 25 de cada mês**.

10.5.1. Notas apresentadas após essa data deverão ser protocoladas **a partir do primeiro dia útil do mês subsequente**, ficando o pagamento condicionado ao novo ciclo de liquidação.

10.6. A apresentação da Nota Fiscal não implica reconhecimento automático do direito ao pagamento, devendo o documento ser **formalmente atestado** pelo Fiscal da Ata/Contrato como condição indispensável à liquidação da despesa.

10.7. O pagamento será realizado exclusivamente em favor da Contratada, sendo **vedada a cessão de créditos** a terceiros sem autorização prévia e expressa da Administração, conforme legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o acompanhamento e a fiscalização da execução decorrente desta Ata serão realizados pelos servidores designados a seguir:

- **Gestora da Ata:** Katia Cristina Dalpiva Hartmann
- **Fiscal Técnico da Ata:** Jarriê Michel Braatz da Silva — Médico Veterinário;
- **Fiscal Substituto:** Gabriel Henrique Lemos — Diretor da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;

11.2. Compete ao gestor da Ata promover o acompanhamento administrativo da execução, controlar os saldos registrados, acompanhar a emissão das requisições, autorizações de fornecimento, notas de empenho, ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes, bem como adotar providências e propor a aplicação de sanções em caso de descumprimento das condições pactuadas, mantendo controle atualizado das ocorrências.

11.3. Compete ao fiscal técnico verificar o fornecimento dos bens, conferir quantitativos, marca ofertada, validade, lote, integridade das embalagens, condições de transporte, composição nutricional mínima, níveis de garantia constantes na rotulagem, registro no MAPA e demais especificações previstas no Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e nesta Ata, atestando a conformidade ou comunicando irregularidades ao gestor.

11.4. Constatada desconformidade, baixa qualidade, validade inferior à exigida, embalagem violada ou avariada, umidade, mofo, odor anormal, contaminação, presença de pragas, fungos, recusa sistemática do alimento pelos animais, distúrbios digestivos coletivos ou qualquer outra irregularidade, o fiscal deverá registrar a ocorrência e comunicar o gestor para adoção das providências cabíveis, inclusive solicitação de substituição do produto, sem ônus ao Município.

11.5. O recebimento e o atesto dos produtos não excluem a responsabilidade da contratada por vícios aparentes ou ocultos, defeitos de qualidade, impropriedade para consumo animal ou desconformidade com as especificações exigidas.

11.6. Quando necessário, o fiscal técnico poderá solicitar apoio de profissionais habilitados, inclusive médicos-veterinários, especialistas da área de zoonoses ou servidores técnicos da Secretaria, para auxiliar na avaliação da qualidade, palatabilidade, composição ou adequação nutricional do produto fornecido.

11.7. As decisões que ultrapassem a competência do gestor ou do fiscal deverão ser encaminhadas à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das providências necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios legalmente admitidos para a aquisição dos mesmos bens, desde que respeitada a legislação vigente e comprovada a vantajosidade.

12.2. O fornecedor registrado obriga-se a manter, durante toda a vigência da Ata, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, bem como a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado.

12.3. Esta Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, mediante autorização da autoridade competente do Município de São João e desde que haja previsão no edital, observada a legislação aplicável.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente da Administração Pública Municipal, respeitada a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São João – PR, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FORNECEDORES

LOTE/ITEM	CLASSIF.	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		

Observação:

- O fornecedor classificado em **1º lugar** para cada lote/item será **o responsável pelo fornecimento**, conforme as condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- As informações sobre **razão social e representante legal** deverão ser preenchidas conforme os documentos apresentados na habilitação e na proposta comercial.

CADASTRO DE RESERVA

FORNECEDOR			
NOME EMPRESA - CNPJ			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

FORNECEDOR			
NOME EMPRESA - CNPJ			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Licitatório nº. _____

Data da Assinatura: _____

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.034/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços ou fornecimento de bens, conforme especificações estabelecidas no [Instrumento Convocatório/Termo de Referência/Edital], atendendo às necessidades do [Órgão Contratante], de acordo com os critérios definidos no instrumento convocatório e seus anexos.

1.2. A execução do objeto contratado abrangerá:

- Prestação dos serviços ou fornecimento dos bens conforme as condições e requisitos estabelecidos no contrato e seus anexos;
- Fornecimento de materiais, equipamentos e insumos necessários para a execução do objeto, quando aplicável;
- Mão de obra qualificada, incluindo todas as etapas necessárias para a plena realização do contrato;
- Outras atividades correlatas indispensáveis à execução eficiente do objeto contratado.

1.3. O fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços será realizado conforme os prazos, condições e quantitativos estabelecidos na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste contrato pelo valor total de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]), conforme os valores unitários e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

Lote X	Descrição do Objeto	Exigências Complementares	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item 1						

2.2. O valor acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a:

- Tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes sobre a prestação dos serviços ou fornecimento dos bens;
- Encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, quando aplicável;
- Despesas administrativas, operacionais e comerciais, incluindo taxa de administração, quando houver;
- Custos com transporte, frete e seguro, quando aplicável;
- Materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução do contrato, quando pertinente;

f) Demais custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações.

3.2. Em caso de prorrogação da vigência e execução do contrato, os valores poderão sofrer reajuste anual, calculado com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, apurado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, a partir da data do orçamento estimado.

3.2.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irreajustáveis** pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do orçamento estimado, em **[DATA]**. Após esse período, independentemente de solicitação da **CONTRATADA**, os valores serão reajustados automaticamente pela **CONTRATANTE**, com base na variação do **INPC**.

3.2.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou, por qualquer motivo, não possa(m) mais ser utilizado(s), será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação vigente à época.

3.2.3. O reajuste será formalizado por **apostilamento**, conforme previsto na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO

4.1. A prestação dos serviços ou fornecimento dos bens deverá ocorrer conforme as solicitações do **MUNICÍPIO**, atendendo às especificações técnicas e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

4.2. A **CONTRATADA** se compromete a executar os serviços ou fornecer os bens dentro das condições estabelecidas, garantindo que:

- a) Os serviços sejam realizados conforme as normas técnicas vigentes e boas práticas do setor;
- b) Os bens fornecidos atendam às especificações exigidas, sendo novos, de qualidade e adequados à finalidade proposta.

4.3. A entrega dos bens ou a conclusão dos serviços somente será considerada finalizada após a verificação pelo **MUNICÍPIO**, que poderá recusar aquilo que não atender às especificações estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

- a) Da **CONTRATANTE**: receber o objeto contratado conforme especificações estabelecidas no edital e neste contrato;
- b) Da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

5.2. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o pagamento ajustado nos prazos e condições estabelecidos;
- b) Disponibilizar à **CONTRATADA** as condições necessárias para a execução do contrato;
- c) Fornecer todas as informações relevantes para a correta prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados.

5.3. São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Executar os serviços ou fornecer os bens contratados dentro dos prazos e condições estipulados, observando rigorosamente as especificações exigidas;
- b) Responsabilizar-se pela qualidade do serviço prestado ou dos bens fornecidos, bem como por eventuais vícios, falhas ou defeitos, conforme legislação aplicável;

- c) Corrigir, reparar, substituir ou refazer, sem custos adicionais para a **CONTRATANTE**, qualquer item que apresente irregularidades ou não atenda às especificações contratuais;
- d) Atender prontamente a quaisquer solicitações da Administração relativas ao cumprimento do contrato;
- e) Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer fato que impeça o cumprimento das obrigações assumidas, apresentando justificativas e comprovações quando aplicável;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer etapa da execução do contrato, salvo autorização expressa da **CONTRATANTE**;
- h) Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, assumindo total responsabilidade pelos encargos decorrentes da execução do contrato;
- i) Não permitir a utilização de mão de obra de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz para maiores de 14 anos, nem permitir o trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, conforme legislação vigente;
- j) Assumir integralmente os custos relacionados a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, transporte e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do contrato;
- k) Garantir a qualidade dos bens fornecidos ou serviços prestados, pelo prazo mínimo de **12 meses**, a contar da data da emissão da nota fiscal, cobrindo eventuais falhas, defeitos ou problemas decorrentes da execução;
- l) Restituir à **CONTRATANTE**, quando aplicável, quaisquer bens ou peças substituídas durante a execução dos serviços;
- m) Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a regularidade do cumprimento das obrigações contratuais e da legislação vigente;
- n) Atuar com ética e responsabilidade, zelando pela boa execução do contrato e pela conduta de seus colaboradores;
- o) Assumir total responsabilidade por danos causados à **CONTRATANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes da execução do contrato, comprometendo-se a realizar os reparos ou indenizações cabíveis, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a entrega e aceitação dos bens ou serviços, mediante apresentação da **Nota Fiscal**, contendo de forma clara e detalhada a discriminação do objeto entregue ou executado, acompanhada das devidas anotações de recebimento.

6.1.1. As **Notas Fiscais** devem ser encaminhadas para o e-mail ctbsaojoao@gmail.com ou contabilidade@saojoao.pr.gov.br.

6.1.2. As **notas fiscais** deverão ser encaminhadas ao **setor competente imediatamente após sua emissão**, preferencialmente **no mesmo dia**, a fim de não comprometer o fluxo regular de **conferência, liquidação e pagamento** das despesas, observados os **prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração**.

6.2. A **Nota Fiscal Fatura** ou **Nota Fiscal** deverá ser acompanhada das **Certidões Negativas de Débitos do INSS e FGTS**, devidamente atualizadas.

6.3. O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO** efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.3.1. De acordo com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº**

1.234/2012, será realizada a **retenção na fonte** do **Imposto de Renda (IR)** sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.4. A **Nota Fiscal** deverá conter obrigatoriamente:

- O **número da licitação** correspondente;
- O **número do contrato** e, se aplicável, do **termo aditivo**;
- A informação sobre a **opção pelo Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.5. As **Notas Fiscais** deverão ser entregues até o dia **25 de cada mês**. Caso sejam apresentadas após essa data, deverão ser encaminhadas a partir do **primeiro dia útil do mês subsequente**.

6.6. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato ocorrerão com recursos provenientes das seguintes **dotações orçamentárias**, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

Órgão e Unidade:

Funcional Programática:

Elemento da Despesa:

Fonte:

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A **CONTRATANTE** poderá proceder à alteração do contrato visando à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que a **CONTRATADA** apresente solicitação formal, devidamente justificada e acompanhada de documentação comprobatória, incluindo planilhas e elementos que demonstrem a necessidade da revisão contratual.

7.2. A solicitação será analisada conforme os critérios estabelecidos no **Edital do Pregão nº 90.034/2026** e as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, sendo aprovada somente se comprovada a necessidade de ajuste para garantir a manutenção das condições originalmente pactuadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **um ou mais fiscais do contrato**, designados pela **CONTRATANTE**, conforme o artigo 117 da **Lei nº 14.133/2021**. A Administração poderá contratar terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes.

8.2. A **CONTRATANTE** nomeia como **Gestor do Contrato**, o(a) Sr(a). , responsável pelo cumprimento das condições estipuladas, bem como pelo monitoramento da execução do contrato. Suas atribuições incluem:

- Aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente em caso de irregularidades cometidas pela **CONTRATADA**;
- Receber informações e relatórios do fiscal do contrato sobre a execução do objeto contratado;
- Manter registros e controles adequados sobre todas as ocorrências relacionadas ao contrato;
- Propor medidas para otimizar a execução do contrato.

O acompanhamento da execução será realizado pelos Fiscais do Contrato, nomeados pela **CONTRATANTE**, sendo:

- Fiscal Titular:**
- Fiscal Substituto:**

Os fiscais **deverão relatar ao Gestor do Contrato** quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução adequada dos serviços contratados.

8.3. A fiscalização acompanhará a execução contratual, registrando ocorrências e adotando as providências necessárias para garantir o cumprimento do contrato. Dentre suas funções, está a verificação de eventuais circunstâncias que possam motivar a extinção contratual, conforme

artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Caso seja necessária a substituição do fiscal ou gestor inicialmente designado, a **CONTRATANTE** emitirá um **termo de apostilamento** para esse fim, devidamente publicado no Diário Oficial do Município e anexado ao processo original do contrato. A **CONTRATADA** será informada por meio dos canais oficiais adotados pela Administração.

8.5. O contrato deverá ser executado **fielmente pelas partes**, conforme as cláusulas estabelecidas e as normas da **Lei nº 14.133/2021**, sendo cada parte responsável pelas consequências do seu descumprimento, total ou parcial.

em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por parte da Administração, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, conforme o **artigo 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021**.

8.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.7. O fiscal do contrato anotará **todas as ocorrências relacionadas à execução**, determinando as providências necessárias para correção de eventuais falhas. Caso a decisão ultrapasse sua competência, a situação será informada aos superiores para adoção das medidas cabíveis.

8.8. A **CONTRATADA** será responsável por:

a) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, qualquer bem ou serviço que apresentar **vícios, defeitos ou irregularidades** resultantes da execução contratual (**art. 119 da Lei nº 14.133/2021**);

b) Responder por **danos causados à Administração ou a terceiros**, independentemente da fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** (**art. 120 da Lei nº 14.133/2021**);

c) Assumir integralmente **encargos trabalhistas, fiscais e comerciais** decorrentes do contrato, sem transferir à Administração qualquer responsabilidade sobre o pagamento desses encargos (**art. 121 da Lei nº 14.133/2021**).

8.9. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverão ser realizadas **por escrito**, podendo ser admitidas comunicações eletrônicas quando justificadas.

8.10. Antes da realização de qualquer pagamento, a **CONTRATANTE** verificará a regularidade da **CONTRATADA** junto ao **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)** e demais bases oficiais de consulta.

CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;

b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;

c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;

d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;

e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

9.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

9.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas na legislação vigente, incluindo: **advertência, multas, suspensão temporária, rescisão contratual e outras sanções legais**, conforme **Lei nº 14.133/2021**.

10.2. As penalidades aplicáveis incluem:

I- **Advertência escrita:** aplicada em casos de descumprimento leve, sem dolo ou prejuízo significativo para a Administração.

II- **Advertência com prazo para correção:** aplicada quando houver omissões ou falhas médias ou graves que possam ser corrigidas, devendo a **CONTRATADA** sanar as irregularidades em até **60 (sessenta) dias**.

III- Multas:

a) **Multa diária moratória:** 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato por atraso no cumprimento das obrigações ou não atendimento da advertência dentro do prazo estabelecido.

b) **Multa por inexecução parcial ou atraso injustificado:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato, aplicada até o limite máximo de **30 (trinta) dias de multa**.

c) **Multa punitiva por descumprimento médio:** 1% (um por cento) do valor mensal ou total do contrato.

d) **Multa punitiva por descumprimento grave:** 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do contrato.

e) **Multa punitiva por rescisão contratual motivada pela inexecução injustificada do contrato:** 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do contrato.

f) **Multa punitiva por improbidade administrativa cometida em conjunto com agente público:** 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do contrato.

IV- **Suspensão temporária da prestação de serviços ou fornecimento de bens:** aplicada em casos que causem danos financeiros ou patrimoniais à Administração ou violem normas regulatórias.

V- **Rescisão contratual:** aplicada em casos graves ou por interesse público, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas neste contrato.

10.3. As penalidades serão aplicadas observando-se os princípios do **contraditório e da ampla defesa**, conforme disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

10.4. Caso seja aplicada multa, a **CONTRATANTE** poderá reter os valores correspondentes dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite das penalidades aplicadas.

10.5. Se não houver créditos suficientes para cobrir as penalidades, a **CONTRATADA** será

notificada para efetuar o pagamento do valor devido **em até 5 (cinco) dias úteis**.

10.6. Caso a **CONTRATADA** não realize o pagamento dentro do prazo estipulado, a cobrança será feita por meio judicial.

10.7. A aplicação das penalidades seguirá o seguinte procedimento:

- Manifestação do fiscal do contrato**, com documentação comprobatória das infrações;
- Análise e manifestação do gestor do contrato** sobre as irregularidades constatadas;
- Notificação da CONTRATADA** para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**;
- Parecer da Procuradoria-Geral do Município** sobre o caso;
- Decisão final do Prefeito Municipal** sobre a penalidade a ser aplicada;
- Notificação da CONTRATADA** sobre o resultado do processo e imposição das penalidades, quando cabível.

10.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente da defesa prévia da **CONTRATADA**, **em situações urgentes**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

- Descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- Rescisão por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;
- Ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 138 e 155 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

11.2. Caso a rescisão ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos até o limite dos prejuízos apurados.

11.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

11.4. A **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o contrato em caso de **cisão, fusão ou incorporação** da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado.

11.5. A rescisão poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

- Não fornecimento dos bens ou serviços contratados;
- Inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- Descumprimento de determinações do fiscal ou gestor do contrato.

11.6. O procedimento para rescisão seguirá a seguinte ordem:

- Manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;
- Manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;
- Notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa;
- Parecer da **Procuradoria-Geral do Município**;
- Decisão final da **CONTRATANTE**;
- Notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

11.7. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, as sanções poderão ser aplicadas **imediatamente**, independentemente de defesa prévia, quando a urgência assim exigir, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

12.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

12.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PARTES INTEGRANTES

13.1. As condições estabelecidas no **Edital do Pregão nº 90.034/2026** e na **proposta apresentada pela CONTRATADA** fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

13.2. Quaisquer modificações necessárias durante a vigência do contrato serão formalizadas por **termos aditivos**, conforme obrigações assumidas pela **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, com base na **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

14.2. Subsidiariamente, serão observadas as disposições do **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)** e os princípios gerais dos contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelos **artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**.

15.2. A **CONTRATADA** deverá aceitar eventuais acréscimos ou supressões no objeto do contrato, dentro do limite legal de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado.

15.3. Todas as alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo em casos de necessidade urgente, quando a formalização poderá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**, conforme o **artigo 132 da Lei nº 14.133/2021**.

15.4. Ajustes administrativos que **não caracterizem alteração contratual** poderão ser registrados por **apostilamento**, sem necessidade de termo aditivo, nos termos do **artigo 136 da Lei nº 14.133/2021**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A **CONTRATANTE** promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

16.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUCESSÃO E FORO

17.1. As partes firmam o presente contrato, **obrigando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

17.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

17.3. A **CONTRATADA** deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual



mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

Ou

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº.** _____, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº.** _____, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

3.1.9. **Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento** dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em _____ de _____ de 20____

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:



1 – Nome: _____

2 – Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico nº _____**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ☐ **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ☐ **COOPERATIVA**, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

DECLARA, ainda, que a empresa **não se enquadra nas vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, e que **não ultrapassou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, no ano-calendário de realização da licitação**, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO X DECLARAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Edital de Licitação** e que **possui as condições de habilitação previstas no edital**, bem como que tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Dados de identificação pessoal;
- 1.2. Informações sobre participações societárias;
- 1.3. Dados constantes em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Informações sobre cônjuges, quando aplicável;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Registro de sanções administrativas perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações criminais ou por improbidade administrativa;
- 1.11. Outros dados necessários à formalização e execução do contrato.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento pela Administração Pública, nos termos da **Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)**.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação presume-se **válido, legítimo e juridicamente adequado**, conforme previsto na legislação vigente.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____